

**PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS DA QUARTA EMISSÃO DO
FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF nº 08.279.477/0001-60
Código ISIN das Quotas: BRARTZCTF009

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Distribuição pública de 4.000 (quatro mil) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da quarta emissão ("Quotas" e "Quarta Emissão", respectivamente) do **FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Fundo")**, totalizando:

R\$ 1.140.000,00

(um milhão, cento e quarenta mil reais)

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 391/03"), tem por objetivo preponderante obter rendimentos a seus quotistas ("Quotistas"), por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades acima descritas e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos neste prospecto e no regulamento do Fundo ("Prospecto" e "Regulamento", respectivamente) (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, "Companhias Alvo").

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado ("Oferta"), coordenada pela **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador"). A Quarta Emissão é composta por 4.000 (quatro mil) Quotas com preço de emissão de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) cada uma, totalizando a Quarta Emissão o montante equivalente a até R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais).

O Fundo foi constituído, por ato único do Administrador, em 30 de janeiro de 2007, ao passo que a Quarta Emissão e o regulamento do fundo em vigor ("Regulamento") foram aprovados em Assembléia Geral de Quotistas realizada em 10 de agosto de 2009, cuja ata foi registrada no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 2009, sob n.º 749881. O regulamento do Fundo em vigor foi registrado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 2009, sob n.º 749881 ("Regulamento"). A Oferta foi registrada na CVM em 01 de dezembro de 2009 sob o nº CVM/SRE/RFP/2009/019, nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03").

Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco deste Prospecto. Ainda que o Administrador e o gestor da carteira de investimentos do Fundo ("Gestor" e "Carteira", respectivamente) mantenham sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém, não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP ("CETIP").

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador ou das Quotas a serem distribuídas.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

Administração e Distribuição



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

A data deste Prospecto é 10 de novembro de 2009.

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	11
Características da Oferta	12
A Oferta	12
Público Alvo	12
Registro da Oferta	12
Quantidade de Quotas da Quarta Emissão	12
Preço de Emissão e valor total da Oferta	12
Procedimento de subscrição e integralização das Quotas e prazo de colocação	12
Cronograma de etapas da Oferta	13
Valor mínimo de investimento	15
Inadequação da Oferta	15
Ausência de conflito de interesses	15
Negociação das Quotas	15
Custos de distribuição pública das Quotas	15
Destinação dos recursos	16
Outras informações	16
Identificação dos Auditores Independentes	17
Declaração do Administrador	17
3. FATORES DE RISCO	19
Restrições ao resgate de Quotas e liquidez reduzida	20
Propriedade de Quotas vs. propriedade dos Valores Mobiliários	20
Liquidez reduzida dos Valores Mobiliários	20
Pagamento condicionado ao retorno das Companhias Investidas	21
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos	21
Não existência de garantia de rentabilidade	21
Riscos provenientes do uso de derivativos	21
Outros riscos	21
4. FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	23
Forma, base legal e prazo de duração	24
Público alvo e valor mínimo de investimento	24
Administração e gestão do Fundo	24
Administrador	24
Gestor	25
Diretor responsável pela supervisão e acompanhamento do Fundo	25
Poderes do Administrador e do Gestor	25

Renúncia e destituição do Administrador	26
Prestadores de serviço do Fundo.....	26
Custodiante	26
Auditores Independentes	27
Objetivo do Fundo	27
Investimentos do Fundo	27
Formação e composição da Carteira.....	28
Período de Investimentos para a formação da Carteira.....	29
Novos aportes de recursos	29
Características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das Quotas.....	30
Características das Quotas e direitos patrimoniais	30
Patrimônio do Fundo	30
Valor das Quotas.....	30
Direito de voto	30
Condições de emissão e subscrição das Quotas.....	30
Direito de preferência para novas Emissões	31
Integralização das Quotas.....	31
Negociação das Quotas e direito de preferência para compra e venda	32
Condições de amortização e resgate das Quotas.....	32
Demonstrações financeiras e avaliação do Patrimônio Líquido.....	34
Inadimplência dos Quotistas	35
Liquidação do Fundo e de seus investimentos	36
Assembléia Geral de Quotistas	36
Partes Relacionadas ao Administrador e situações de conflitos de interesses	37
Política de divulgação de informações relativas ao Fundo	37
Taxa de Administração e encargos do Fundo.....	38
Taxa de Administração	38
Remuneração do Administrador	39
Remuneração do Gestor	39
Outros encargos	39
Regras de tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	40
Tributação aplicável aos Quotistas do Fundo.....	40
IOF/Títulos	40
IOF/Câmbio.....	41
Imposto de Renda	41
Quotistas do Fundo residentes no Brasil.....	41
Quotistas 2.689	41
Quotistas 2.689 não residentes em Paraíso Fiscal	41
Quotistas 2.689 residentes em Paraíso Fiscal.....	41
CPMF	42

Tributação aplicável ao Fundo	42
IOF/Títulos	42
Imposto de Renda	42
CPMF	42
Atendimento aos Quotistas	42
5. ANEXOS	43
ANEXO I - Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2007	45
ANEXO II - Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2008	57
ANEXO III - Informações Trimestrais	75
ANEXO IV - Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração ao Regulamento do Fundo e Aprovação da Primeira Emissão de Quotas do Fundo	79
ANEXO V - Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração ao Regulamento	83
ANEXO VI - Cópia do Instrumento de Deliberação de Segunda Alteração ao Regulamento	113
ANEXO VII - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Terceira Alteração ao Regulamento	143
ANEXO VIII - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Quarta Alteração ao Regulamento e a Segunda Emissão	175
ANEXO IX - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Quinta Alteração ao Regulamento	207
ANEXO X - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Sexta Alteração ao Regulamento	251
ANEXO XI - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Terceira Emissão	283
ANEXO XII - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Sétima Alteração ao Regulamento e a Quarta Emissão (Regulamento em vigor na data deste Prospecto)	287
ANEXO XIII - Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03	317

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	O anúncio de encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	O anúncio de início da Oferta.
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a Terco Grant Thornton Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.995, 13º, 14º e 15º andares, Brooklin Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.326.016/0001-99.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP.
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.
Chamadas de Capital	Hipóteses em que os Quotistas do Fundo serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, por solicitação e mediante informações fornecidas pelo Gestor, na medida em que o Gestor: (i) identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas; ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos.
Código Civil Brasileiro	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo.

Companhias Investidas	Quaisquer Companhias Alvo cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.
Companhia Fechada	Companhia Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM.
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas, que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas, por meio do qual se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, tornando-se, uma vez assinado, parte integrante do Regulamento.
Custodiante	O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Encerramento para Subscrição	90 (noventa) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM.
Emissão	Cada emissão de quotas do Fundo.
FIP	Fundos de investimento em participações.
Fundo	Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações.
Gestor	Na data deste Prospecto, a Artésia Gestão de Recursos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, 15º andar, conjunto 1.507, Brooklin Novo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91.
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras.
Novas Quotas	Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo, além das Quotas da Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Emissões.
Oferta	Distribuição pública da Quarta Emissão de Quotas do Fundo.

Outros Ativos	Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, no limite de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados aos pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.
Paraíso Fiscal	País ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade.
Partes Relacionadas ao Administrador	São quaisquer das seguintes pessoas relacionadas ao Administrador: (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.
Patrimônio	O patrimônio do Fundo, formado por Quotas de uma única classe.
Patrimônio Líquido	A soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, nos termos da Instrução da CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, conforme alterada.
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser aprovado, previamente à respectiva execução, pela Assembléia Geral de Quotistas.
Período de Investimento	Período de investimento do Fundo em Valores Mobiliários que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos.

Preço de Emissão	O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Quarta Emissão do Fundo correspondente a R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais).
Preço de Integralização	Preço de integralização das Quotas, correspondente ao valor da Quota na data imediatamente anterior à data da Chamada de Capital.
Primeira Emissão	A primeira emissão de Quotas.
Prospecto	Este prospecto do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações.
Quarta Emissão	A quarta emissão de Quotas, composta por 4.000 (quatro mil) Quotas, totalizando o montante equivalente a até R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais).
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, incluindo as Quotas da Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Emissões, e as Novas Quotas.
Quotista Inadimplente	Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento.
Quotistas	Investidores que venham a adquirir quotas de emissão do Fundo.
Quotistas 2.689	Os quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução n.º 2.689.
Regulamento	O regulamento do Fundo, anexo a este Prospecto.
Remuneração do Administrador	A remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo.
Remuneração do Gestor	A remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira.
Resolução n.º 2.689	Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Segunda Emissão	A segunda emissão de Quotas.

Taxa de Administração	Taxa de administração devida pela administração e gestão do Fundo, que contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.
Terceira Emissão	A terceira emissão de Quotas.
Termo de Adesão	Termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco a ser assinado pelo Quotista no ato de subscrição de Quotas do Fundo.
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, emitidos pelas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído neste Prospecto, bem como no Regulamento.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Quarta Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de instituição administradora do Fundo e de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição das Quotas. Para maiores informações a respeito do Administrador, veja o subitem 4.3.1. deste Prospecto.

2.1.2. Público alvo

A Oferta será destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

2.1.3. Registro da Oferta

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Quarta Emissão

A Quarta Emissão será formada por até 4.000 (quatro mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, sendo que, observado o valor mínimo de investimento indicado no item 2.1.8 abaixo, não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Quarta Emissão.

2.1.5. Preço de Emissão e valor total da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Quarta Emissão foi fixado em R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) por Quota, totalizando a Quarta Emissão o montante de até R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais).

Não será concedido qualquer tipo de desconto aos investidores interessados em adquirir Quotas da Quarta Emissão durante o prazo de colocação.

2.1.6. Procedimento de subscrição e integralização das Quotas e prazo de colocação

No ato de subscrição das Quotas da Quarta Emissão, o subscritor: (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável. As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Quarta Emissão serão canceladas pelo Administrador.

A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de registro da Quarta Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme Chamada de Capital que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor. Observado o prazo para integralização das Quotas indicado no parágrafo acima, na medida em que o Gestor (i) identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade e envie aos Quotistas Chamadas de Capital.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. No caso de investidores não residentes, o pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado por meio de operação específica para este fim a ser lançada no sistema da CETIP.

2.1.7. Cronograma de etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início no "Diário Mercantil do Rio de Janeiro", jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo.
Prazo de Colocação	As Quotas deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro da Quarta Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.
Forma de divulgação de informações relacionadas à Oferta	Todas as informações relacionadas à Oferta que não estejam contempladas no Regulamento, neste Prospecto e no Anúncio de Início e demais documentos relativos ao Fundo serão publicadas no "Diário Mercantil do Rio de Janeiro", periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do Anúncio de Encerramento, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

Subscrição e Integralização de Quotas	<p>No ato de subscrição das Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável. A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de registro da Quarta Emissão na CVM. O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. No caso de investidores não residentes, o pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado por meio de operação específica para este fim no sistema da CETIP.</p>
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	<p>O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, no “Diário Mercantil do Rio de Janeiro”, notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.</p>
Modificação ou Revogação da Oferta	<p>O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, no “Diário Mercantil do Rio de Janeiro”, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Administrador, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis o recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.</p>
Divulgação do Resultado da Oferta	<p>O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, que deverá ocorrer na data em que a totalidade das Quotas da Quarta Emissão tiver sido subscrita ou na Data de Encerramento para Subscrição da Quarta Emissão, o que ocorrer primeiro, por meio da publicação de Anúncio de Encerramento no “Diário Mercantil do Rio de Janeiro”.</p>

2.1.8. Valor mínimo de investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

2.1.9. Inadequação da Oferta

As Quotas objeto da Oferta não são destinadas a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de quotas de FIP é restrito, e tampouco é destinada a investidores não qualificados.

2.1.10. Ausência de conflito de interesses

O Administrador, o Gestor e o Custodiante declaram que não se encontram em conflito de interesses no exercício de suas funções, tendo independência no exercício das atividades de administração, gestão e custódia do Fundo, nos exatos termos da legislação e regulamentação aplicável.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. No caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, caberá ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto no Regulamento.

Considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de FIP apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas. Historicamente, as Quotas tiveram um volume de negociações baixo demais para que existam dados suficientes em relação à cotação das Quotas em mercado secundário.

2.3. Custos de distribuição pública das Quotas

Além dos custos relativos ao pagamento da taxa de registro da ata da Assembléia Geral de Quotistas que aprovou a Quarta Emissão perante o Ofício de Registro de Títulos e Documentos e da Oferta perante a CVM, bem como aqueles relacionados às publicações relativas à Oferta, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas.

Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Quotas da Quarta Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Quotas da Quarta Emissão. Outrossim, não será devida taxa de estruturação pelo Fundo.

<i>Custo da Distribuição</i>	<i>Montante (R\$)</i>	<i>% em relação ao valor total da Oferta</i>
<i>Despesas com RTD</i>	<i>600,00</i>	<i>0,05</i>
<i>Taxa de Registro na CVM</i>	<i>7.296,00</i>	<i>0,64</i>
<i>Publicações*</i>	<i>6.000,00</i>	<i>0,53</i>
<i>Total</i>	<i>13.896,00</i>	<i>1,22</i>

**Estimativa*

Custo Unitário de Distribuição

Preço por Quota (R\$)*

285,00

Custo por Quota (R\$)

3,47

** com base no Preço de Emissão na data de emissão das Quotas da Quarta Emissão*

Montante Total da Oferta (R\$)

1.140.000,00

Custo Máximo da Distribuição (R\$)

13.896,00

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelo Custodiante e pelos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo com relação às atividades desenvolvidas pelo mesmo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

2.4. Destinação dos recursos

Os recursos provenientes da Quarta Emissão serão primordialmente destinados pelo Fundo ao pagamento de despesas e encargos do Fundo, e, qualquer valor remanescente, posteriormente, mediante aprovação dos Quotistas reunidos em assembléia, poderá ser utilizado na aquisição de valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação aplicável aos FIPs, de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades acima descritas e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento e neste Prospecto, conforme venha a ser aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas.

2.5. Outras informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto, dos demonstrativos financeiros e dos relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas mantidas por cada um na rede mundial de computadores (*websites*), conforme indicados abaixo.

Administrador:

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

At.: Carla Lopes

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11, 13º, 17º(parte) andares

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3219-2500

Fax.: (21) 3974-4501

Correio Eletrônico: fip@bnymellon.com.br

Website: www.bnymellon.com.br/sf

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Centro
Rio de Janeiro – RJ
Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, Centro
São Paulo – SP
Website: www.cetip.com.br

2.5. Identificação dos Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria e revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Terco Grant Thornton Auditores Independentes

Avenida das Nações Unidas, n.º 12.995, 13º, 14º e 15º andares, Brooklin Paulista
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3054-0000
Fax: (11) 3054-0077
Website: www.tercogt.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Quotas da Quarta Emissão, declara que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelo Sr. José Carlos Lopes Xavier, na qualidade de diretor estatutário do Administrador.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao resgate de Quotas e liquidez reduzida

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimento, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, seja suficiente para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de FIP apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.3. Liquidez reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.4. Pagamento condicionado ao retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto nas Cláusulas Três e Quatro do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira, bem como dos setores econômicos de atuação das Companhias Investidas.

3.6. Não existência de garantia de rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

3.7. Riscos provenientes do uso de derivativos

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Outros riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4. FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção deste Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, base legal e prazo de duração

O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo tem prazo de duração de 6 (seis) anos contado da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, prorrogável por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

4.2. Público alvo e valor mínimo de investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo de cada investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11, 13º e 17º(parte) andares, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61.

O BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. é uma empresa subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, autorizada a administrar carteiras por meio do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

O BNY Mellon Serviços Financeiros é um dos maiores prestadores de serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, provendo serviços de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização. O BNY Mellon Serviços Financeiros combina atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação dessas duas instituições financeiras tradicionais resultou em uma das maiores empresas de serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se uma das líderes globais em administração e gestão de ativos, comprometidas com excelência e alta performance de seus serviços.

Atualmente, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros, operando em 34 países e atendendo a mais de 100 mercados. A nova instituição é uma das maiores em serviços financeiros para pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes. *4.3.2. Gestor.*

O Administrador contratou a Artésia Gestão de Recursos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, 15º andar, conjunto 1.507, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.597.017/0001-91, para realizar a gestão da Carteira.

O Gestor atua como administrador de recursos no mercado de capitais brasileiro desde 2004 e atualmente é gestor de outros 2 (dois) FIPs. O Gestor conta com um time experiente de profissionais responsáveis por gerir o patrimônio tanto de clientes institucionais quanto de pessoas físicas que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

4.3.2. Gestor

O Administrador contratou a Artésia Gestão de Recursos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, 15º andar, conjunto 1.507, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.597.017/0001-91, para realizar a gestão da Carteira.

O Gestor atua como administrador de recursos no mercado de capitais brasileiro desde 2004 e atualmente é gestor de outros 2 (dois) FIPs. O Gestor conta com um time experiente de profissionais responsáveis por gerir o patrimônio tanto de clientes institucionais quanto de pessoas físicas que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

4.3.3. Diretor responsável pela supervisão e acompanhamento do Fundo

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 04.667.892 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 003.888.737-10.

4.3.4. Poderes do Administrador e do Gestor

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

4.3.5. Renúncia e destituição do Administrador

O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação ora referida. Na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

Além da hipótese de renúncia descrita acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação previsto no Regulamento. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar um administrador temporário até a eleição de nova administração.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

4.4.1. Custodiante

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira e a escrituração das Quotas é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia e escrituração, o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12.

O Custodiante, por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, *Brazilian Deposit Receipts e Deposit Receipts* há mais de 30 anos. O Departamento de Ações e Custódia do Custodiante presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, de forma que mantém total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Referida segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para custódia e controladoria de fundos e carteiras são complementados por *compliance* específico, que garantem a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável. Especificamente no tocante à custódia, são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade de seus processos certificada pela norma NBR ISSO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados. Ademais, o Custodiante aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando assim que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências da ANBID.

4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Terco Grant Thornton Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.995, 13º, 14º e 15º andares, Brooklin Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.326.016/0001-99, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação, bem como da atuação do Administrador.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos para seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades acima descritas e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento e neste Prospecto.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida; (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida; e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

4.6. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão propostos pelo Gestor, e desde que previamente aprovados pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos, desde que aprovados previamente pelos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral, serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Caso o Fundo deseje investir em Companhias Fechadas, estas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;

- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

4.6.1. Formação e composição da Carteira

A Carteira será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas; e
- (ii) Outros Ativos.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira, além da prévia aprovação pelos Quotistas nos termos do Regulamento, será observado o seguinte:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superiores a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (v) abaixo por prazo indeterminado; e

- (v) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item (i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre: (a) a prorrogação do prazo referido no item (i) acima; ou (b) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

4.7. Período de Investimento para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimento em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos. Durante o Período de Investimento, o Fundo realizará investimento exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios descritos no Regulamento, mediante decisão e orientação do Gestor.

Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimento serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto.

4.7.1. Novos aportes de recursos

Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante prévia aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos:

- (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembléia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou
- (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Sem prejuízo do disposto no disposto acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento, será iniciado o Período de Desinvestimento, no qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser: (i) aprovado previamente à respectiva execução, pela Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de previsto no Regulamento; e (ii) concluído até a data de liquidação do Fundo.

Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas, após a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembléia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento.

4.8. Características, direitos, emissão, subscrição, integralização e amortização das Quotas

4.8.1. Características das Quotas e direitos patrimoniais

As Quotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

Todas as Quotas terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares pelo Custodiante, contratado pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.8.2. Patrimônio do Fundo

O Patrimônio será formado por Quotas de uma única classe, sendo que, observado o valor mínimo de investimento mencionado no item 2.1.8. acima, não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito de cada Emissão.

4.8.3. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

4.8.4. Direito de voto

Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas.

4.8.5. Condições de emissão e subscrição das Quotas

Cada emissão de Quotas será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

Emissões de Novas Quotas somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum disposto no Regulamento.

O preço de emissão das Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido (calculado de acordo com o disposto no Regulamento) pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

No ato de subscrição das Quotas, o subscritor: (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado por cada investidor na data da subscrição de suas Quotas; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada emissão serão canceladas pelo Administrador.

4.8.6. Direito de preferência para novas Emissões

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido.

4.8.7. Integralização das Quotas

As Quotas serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, pedido do Gestor, aos Quotistas, de acordo com os procedimentos descritos abaixo, observado, ainda, o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas.

Na medida em que o Gestor: (i) identifique necessidade de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas; ou (ii) identifique necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. No caso de investidores não residentes, o pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado por meio de operação específica para este fim a ser lançada no sistema da CETIP.

O procedimento disposto nos parágrafos acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas. Na hipótese de os Quotistas aprovarem, em Assembléia Geral de Quotistas com observância o quorum previsto no Regulamento, a liquidação antecipada do Fundo sem que tenham sido integralizadas 100% (cem por cento) das Quotas subscritas na última Emissão, o Administrador cancelará as Quotas subscritas e não integralizadas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

4.8.8. Negociação das Quotas e direito de preferência para compra e venda

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. do Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

O Quotista somente poderá alienar Quotas de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

4.9. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimento, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Durante o Período de Investimento, sempre que o valor do Patrimônio Líquido for inferior ou equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais), será vedado ao Fundo realizar pagamentos aos Quotistas, a título de amortização, em valores superiores, em cada ano, a 5% (cinco por cento) do valor total do principal investido por todos os Quotistas durante os primeiros 5 (cinco) anos de sua duração.

Não obstante o disposto acima, o limite de 5% (cinco por cento) não se aplicará aos pagamentos efetuados pelo Fundo aos Quotistas, a título de amortização: (i) de valores decorrentes de dividendos e outros rendimentos auferidos pelo Fundo em decorrência dos recursos investidos em Companhias Investidas; e (ii) desde que o valor do Patrimônio Líquido seja, no mínimo, equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais).

Sem prejuízo do disposto acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos neste Prospecto.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese de inadimplemento por parte do Quotista, nos termos do item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá: (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional; ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas ainda em circulação;

- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas em circulação.

As Quotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.10. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante do Fundo.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM, conforme descrito no item 4.15 deste Prospecto.

O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos no Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

O Administrador, mediante decisão da Assembléia Geral de Quotistas e de acordo com a orientação fixada pela mesma, poderá constituir reservas de caixa ou contas de depósito em garantia para fins de proteção do Fundo em função de dívidas e/ou despesas que possam ser incorridas pelo mesmo em função dos Valores Mobiliários e Outros Ativos de liquidação duvidosa que compõem a Carteira.

As Demonstrações Financeiras auditadas do Fundo, contendo as informações dos 2 (dois) últimos exercícios, desde a constituição do Fundo, encontra-se no Anexo I ao Prospecto. As Informações Trimestrais do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2009, elaboradas pelo Administrador, encontram-se no Anexo II a este Prospecto. Não há eventos subsequentes relevantes que não tenham sido mencionados nas referidas Demonstrações Financeiras e Informações Trimestrais.

4.11. Inadimplência dos Quotistas

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento: (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo; e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no Regulamento e neste item, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível: (i) ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas; (ii) ao exercício de seus direitos políticos; e (iii) ao exercício de seu direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas, conforme previsto no Regulamento.

Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

Independentemente do disposto no parágrafo acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item acima.

O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

4.12. Liquidação do Fundo e de seus investimentos

A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no Regulamento e do item “Condições de Amortização e Resgate das Quotas” deste Prospecto.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.13. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Nove do Regulamento.

4.14. Partes Relacionadas ao Administrador e situações de conflitos de interesses

Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, qualquer transação: (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador; ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento); ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas; ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item (i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento.

4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Prospecto, com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (*CVMWeb*), as informações previstas neste item, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os prazos estabelecidos no Regulamento, neste Prospecto, bem como na regulamentação aplicável.

4.16. Taxa de Administração e encargos do Fundo

4.16.1. Taxa de Administração

Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma Taxa de Administração equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado no último dia útil de cada mês, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor, que serão calculadas e pagas de acordo com o Regulamento.

4.16.1.1. Remuneração do Administrador

A Remuneração do Administrador corresponderá aos seguintes percentuais: (i) 0,15% (quinze centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) 0,10% (dez centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iv) 0,075% (setenta e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), calculados sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto no Regulamento, observado que a Remuneração do Administrador nunca será inferior a R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por mês. A Remuneração do Administrador será provisionada diariamente e será paga ao Administrador mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

4.16.1.2. Remuneração do Gestor

A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 4.16.1 acima, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto no Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 4.16.1.1 acima, observado que a Remuneração do Gestor nunca será inferior a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

4.16.2. Outros Encargos

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;

- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação previsto no Regulamento.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.17. Regras de tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.17.1. Tributação aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, as operações de câmbio realizadas por Quotistas 2.689, estão sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de 2% (dois por cento) na entrada dos recursos no Brasil para investimento no Fundo e de 0% (zero por cento) na remessa desses recursos para o exterior. De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; ou (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas do Fundo; (b) o resgate de Quotas do Fundo; ou (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas 2.689

Aos Quotistas 2.689, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em Paraíso Fiscal.

II.a. Quotistas 2.689 não residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 0% (zero por cento). Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite, as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b. Quotistas 2.689 residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas 2.689 residentes em Paraíso Fiscal não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a., sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

4.17.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, desde 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo brasileiro pode propor o restabelecimento da CPMF mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 (noventa) dias contados da promulgação da nova legislação.

4.18. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

At.: Carla Lopes

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11, 13º, 17º(parte) andares

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3219-2500

Fax.: (21) 3974-4501

Correio Eletrônico: fip@bnymellon.com.br

Website: www.bnymellon.com.br/sf

5. ANEXOS

- ANEXO I** - Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2007
- ANEXO II** - Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2008
- ANEXO III** - Informações Trimestrais
- ANEXO IV** - Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração ao Regulamento do Fundo e Aprovação da Primeira Emissão de Quotas do Fundo
- ANEXO V** - Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração ao Regulamento
- ANEXO VI** - Cópia do Instrumento de Deliberação de Segunda Alteração ao Regulamento
- ANEXO VII** - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Terceira Alteração ao Regulamento
- ANEXO VIII** - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Quarta Alteração ao Regulamento e a Segunda Emissão
- ANEXO IX** - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Quinta Alteração ao Regulamento
- ANEXO X** - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Sexta Alteração ao Regulamento
- ANEXO XI** - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Terceira Emissão
- ANEXO XII** - Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Sétima Alteração ao Regulamento e a Quarta Emissão (Regulamento em vigor na data deste Prospecto)
- ANEXO XIII** - Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTOS
EM PARTICIPAÇÕES**

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

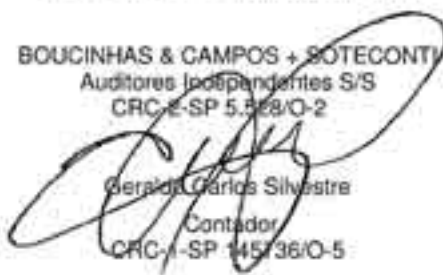
Aos
Quotistas e Administradores do
Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações

1. Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações, em 31 de dezembro de 2007 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido correspondentes ao período de 20 de março a 31 de dezembro de 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a composição e a diversificação das aplicações do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações em 31 de dezembro de 2007, o resultado das suas operações e a evolução do seu patrimônio líquido referentes ao período de 20 de março a 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2008.

BOUCINTAS & CAMPOS + SOTECONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP 5.528/O-2

Geraldo Carlos Silvestre
Contador
CRC-SP 145/36/O-5

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
O PERÍODO DE 20 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais, exceto os valores das quotas)

Descrição	31/12/2007
Patrimônio líquido no início do período	
Patrimônio inicial de 12.240 quotas a R\$ 1.000,0000000	12.240
Quotas aplicações	66.239
Varição no resgate de cotas	(140.000)
Patrimônio líquido antes do resultado do período	<u>(61.521)</u>
Receita	
Rendas de títulos e valores mobiliários	<u>132.049</u>
Despesas	
Despesas com títulos e valores mobiliários	(47)
Taxas de administração	(336)
Taxas de custódia	(18)
Despesas com prestação de serviços	(12)
Despesas administrativas	<u>(177)</u>
Total	<u>(590)</u>
Resultado do período	<u>131.459</u>
Patrimônio líquido no final do período	<u>69.938</u>
207.464 quotas a R\$ 337,110335	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

FUNDO ARTÊSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS APLICAÇÕES PARA O PERÍODO DE 20 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Em milhares de reais)

	<u>Tipo</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Atual</u>	<u>% PL</u>
ATIVO				
Depósitos bancários				
Banco Bradesco			4	0,01
Quotas de fundo de investimento				
Mellon Cash Fundo de Investimento CP	Curo Prazo	16.747	39	0,05
Valores mobiliários de renda variável				
Ações de companhias abertas:				
Produquímica Indústria e Comércio S.A.			157.090	224,55
TOTAL DO ATIVO			<u>157.087</u>	<u>224,61</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exigibilidades				
Taxa de Administração			57	0,08
Otras			<u>87.092</u>	<u>124,53</u>
			87.149	124,61
Patrimônio líquido			<u>69.938</u>	100,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			<u>157.087</u>	<u>224,61</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

NOTAS EXPLICATIVAS DO ADMINISTRADOR ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO DE 20 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Artésia Série Azul é um fundo de investimento em participações administrado pelo Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; iniciou suas operações em 20 de março de 2007. A carteira do Fundo é gerida pela Artésia Gestão de Recursos S.A.

O Fundo atua sob a forma de condomínio fechado, cujas quotas só podem ser resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo ou em virtude de sua liquidação, admitindo-se a amortização de quotas por disposição do Regulamento Interno do Fundo ou da Assembleia Geral de Quotistas. O Fundo terá prazo de duração de 3 (três) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, podendo ser prorrogado por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas.

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, de emissão de companhias que tenham por objeto social a manufatura e comercialização de equipamentos para refrigeração comercial "plug-in", inclusive mas não se limitando para a indústria de bebidas e fabricantes de alimentos em geral dependentes de sistema de refrigeração e, quando for o caso, as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo".

Os investimentos do Fundo nas ações de emissão das companhias deverão propiciar ao Fundo a sua efetiva participação no processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Os ativos componentes da carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos; a carteira do Fundo poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de poucas companhias, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados à performance de tais companhias.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

- b) O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência;
- c) As ações integrantes da carteira do Fundo estão registradas pelo valor de custo;
- d) As aplicações financeiras em renda fixa são registradas pelo valor investido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço;
- e) As aplicações em quotas de fundo de investimento são demonstradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor atualizado da quota do respectivo fundo, determinado pelo seu administrador.

3. EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

O patrimônio inicial do Fundo, após a primeira emissão de Quotas, será formado por até 15.000 (quinze mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

*isso já foi
atualizado no
Regulamento*

O valor mínimo de aplicação inicial de recursos, por investidor, será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Não será permitido o resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração do fundo ou de sua liquidação.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

4. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E IMPOSTO DE RENDA

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas.

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidade e provisões do Fundo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil
Quotas de Fundo de Investimento - Fundo administrado pela Melior	39
	<u>39</u>

6. TAXAS E OUTROS ENCARGOS

a) Taxa de administração

Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma taxa de administração equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador e a remuneração do Gestor.

A Remuneração do Administrador corresponderá aos seguintes percentuais:

- (i) 0,15% (quinze centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (ii) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (iii) 0,10% (dez centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (iv) 0,075% (setenta e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), calculados sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, observado que a Remuneração do Administrador nunca será inferior a R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

mês.

A Remuneração do Administrador será provisionada diariamente e será paga ao Administrador mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, e a Remuneração do Administrador. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor trimestralmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trimestre dos serviços prestados.

b) Encargos debitados ao Fundo sobre o patrimônio líquido médio

	Período de 20/03 a 31/12/07	
	R\$ mil	%
Despesas administrativas	(177)	0,41
Taxa de administração	(336)	0,77
Total	(513)	1,18

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2007, o patrimônio líquido está representado por 12.240,00 quotas, todas integralizadas.

8. RENTABILIDADE DAS QUOTAS

O valor nominal da quota e sua rentabilidade mensal são demonstrados a seguir:

Mês	Valor da quota (em R\$)	%
De 20 a 30 de março de 2007	12.236	(0,0003)
30 de abril de 2007	4.158	(0,0602)
31 de maio de 2007	4.189	0,0074
29 de junho de 2007	4.219	0,0071
31 de julho de 2007	63.269	(0,0166)
31 de agosto de 2007	70.243	(0,0010)
28 de setembro de 2007	70.120	(0,0017)
31 de outubro de 2007	70.056	(0,0009)
30 de novembro de 2007	69.997	(0,0008)
31 de dezembro de 2007	69.938	(0,0008)

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Conforme o Regulamento do Fundo, a aplicação dos recursos nos mercados derivativos deve ter a finalidade de proteção dos ativos que venham a compor a carteira, nos termos do parágrafo único do artigo 6º da Instrução CVM nº 391/03.

No período findo em 30 de junho de 2007, o Fundo não operou com instrumentos financeiros derivativos.

10. ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Em Assembléia Geral de Quotista de 16 de abril de 2007, foi deliberado: (i) Ratificar o investimento inicial realizado pelo Fundo, mediante a aquisição de 122.000 (cento e vinte e duas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia Investida, no valor de R\$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais), inclusive, mas não se limitando, para fins do disposto no artigo de 36 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários-CVM nº391, de 16 de julho de 2003;(ii) Ratificar os termos e condições do Contrato de Subscrição os quais os Quotistas declaram conhecer e concordar; (iii) Alterar o item 4.3 do Regulamento do Fundo, para fazer constar que o gestor do Fundo poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos (conforme definido no Regulamento), desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento;(iv) Aprovar a nova versão do Regulamento, a qual segue anexa a este instrumento de deliberação;(v) Aprovar as seguintes despesas relacionadas à estruturação e constituição do Fundo e ao investimento inicial do Fundo na Companhia Investida, bem como despesas relacionadas à realização da oferta pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Investida, conforme demonstrativo enviado aos Quotistas nesta data, as quais serão arcadas pelo Fundo.

Em Assembléia Geral de Quotista de 05 de julho de 2007, foi deliberado: (i) deliberar sobre a emissão, pelo Fundo, de até 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas da sua segunda emissão; (ii) alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento"); (iii) autorizar o descumprimento pelo Gestor do prazo estabelecido no item 4.3.(iv) do Regulamento e definir as respectivas condições; e (iv) autorizar a adoção das medidas necessárias para submeter a presente deliberação de emissão de novas quotas e alteração do Regulamento à aprovação da CVM. DELIBERAÇÕES: Os Quotistas do Fundo aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes deliberações: (i) a emissão, pelo Fundo, de até 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas da sua segunda emissão, que corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

o preço de emissão unitário de cada quota da segunda emissão será aquele referido no item 6.2.1. do Regulamento do Fundo, qual seja, o valor unitário das quotas do Fundo nesta data; os direitos a que as novas quotas farão jus, bem como as características e o sistema em que serão registradas para negociação são aqueles indicados no Regulamento do Fundo, sendo que a segunda emissão respeitará, ainda, o disposto no item 6.2.2. de referido Instrumento; (ii) a alteração do Regulamento do Fundo que passa a vigorar na versão consolidada anexa; (iii) a autorização para a não observância pelo Gestor do Fundo do prazo estabelecido para a distribuição aos Quotistas, a título de amortização, dos rendimentos e outras remunerações resultantes de investimentos realizados pelo Fundo, que compõe a totalidade do patrimônio líquido atual do mesmo, para que esses recursos permaneçam aplicados, a critério do Gestor, em Valores Mobiliários e Outros Ativos (conforme definidos no Regulamento) até o dia 31 de julho de 2007, data máxima em que tais recursos deverão ser investidos pelo Fundo em Companhias Alvo, Companhias Investidas ou Outros Ativos, nos termos do Regulamento, ou distribuídos aos Quotistas a título de amortização, nos termos do item 4.3.(iv) do Regulamento; e (iv) a adoção das medidas cabíveis para submeter a presente deliberação de emissão de novas quotas e alteração do Regulamento do Fundo à aprovação da CVM.

Em Assembléia Geral de Quotista de 06 de julho de 2007 foi deliberado: (i) Os Quotistas do Fundo aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, autorizar o Administrador a efetuar o pagamento, pelo Fundo, da taxa de fiscalização do mercado de valores mobiliários, referente ao registro da distribuição pública das quotas da Segunda Emissão do Fundo, no valor de R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais). O valor da taxa foi calculado por meio da aplicação da alíquota de 0,64% sobre o valor da Segunda Emissão, o qual corresponde a R\$ 189.838.000,00 (cento e oitenta e nove milhões oitocentos e trinta e oito mil reais).

ANEXO II

Demonstrações Financeiras Auditadas do Exercício Social encerrado em 31.12.2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Parecer dos auditores independentes

Aos quotistas e à Administradora do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações:

1. Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Fundo"), levantada em 31 de dezembro de 2008 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administradora. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administradora do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações em 31 de dezembro de 2008, e a evolução de seu patrimônio líquido referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, o Fundo detém participação em empresa, cuja ação emitida não possui cotação em Bórsas de Valores e/ou liquidez, estando esta participação avaliada ao custo de aquisição. Desta forma, este valor pode vir a ser diferente quando da efetiva realização dos investimentos, com conseqüente impacto na avaliação das quotas do Fundo.

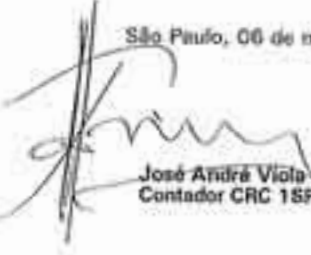


5. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 3, a partir de 01 de janeiro de 2008 as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas e sua aplicação nas demonstrações contábeis referentes ao período de 20 de março (início das operações) a 31 de dezembro de 2007 não gerou efeitos relevantes, possibilitando a comparabilidade entre os exercícios.
6. As demonstrações contábeis referentes ao período de 20 de março (início das operações) a 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, datado de 28 de março de 2008, não continha ressalvas.

São Paulo, 06 de março de 2009.

 **Terco**
Grant Thornton

Auditores Independentes
CRC 2SP018.196/O-8



José André Viola Ferreira
Contador CRC 1SP-195.865/O-0

Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações

(Administrado pela Matlan Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e controlado administrativamente pela Artésia Gestão de Recursos S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais, exceto os valores das quotas)

Nota	Tipo	31 de dezembro de 2008		Tipo	31 de dezembro de 2007	
		Quantidade	Valor		Quantidade	Valor
Equivalentes de caixa						
Depósitos bancários						
Banco Bradesco S.A.						
		4	0,01		4	-
Quotas de fundo de investimento						
BNY Mellon ANX Cash Fundo de Investimento curto prazo						
	Curto prazo	105.172	276	0,46	30	0,02
Títulos e valores mobiliários						
Fundo de renda variável - ações						
Produtim Investimentos e Comércio S.A.						
6	Ory	8.109.554	59.214	99,53	23.125.807	99,98
Total do ativo			<u>59.494</u>	<u>100,00</u>		<u>100,00</u>
Exatitudes						
Taxa de amortização						
Outras						
		128	0,22		37	0,04
		23	0,04		87.072	55,44
		151	0,25		87.149	55,48
Passividade líquida			<u>30.313</u>	<u>99,74</u>		<u>44,52</u>
Total do passivo			<u>30.434</u>	<u>100,00</u>		<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações

(Administrado pela Mallon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e carteira administrada pela Artésia Gestão de Recursos S.A.)

Demonstração da evolução do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais, exceto os valores das quotas)

	Nota	Exercício final em 31/12/08	Período de 2008 a 31/12/07
Patrimônio líquido no início do exercício/período			
207.464 quotas a R\$337,11		69.938	-
Patrimônio inicial de 12.240 quotas a R\$1.000		-	12.240
Encargos financeiros de 2007 sobre obrigações a pagar (aquisição de investimentos)		(1.764)	-
Quotas emitidas			
391 quotas		280	-
155.724 quotas		-	68.239
Amortização de cotas		-	(160.000)
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício/período		65.454	(61.521)
Receita			
Receitas de títulos e valores mobiliários		1	137.049
Curtas receitas		34	-
		35	137.049
Despesas			
Despesas de títulos e valores mobiliários	4	(5.975)	(47)
Taxa de administração	7	(114)	(336)
Taxa de custódia	7	(24)	(18)
Despesas com prestação de serviços	7	(18)	(12)
Despesas administrativas	7	(60)	(177)
		(6.189)	(590)
Excedente das despesas sobre as receitas, sendo o resultado do exercício/período		(6.111)	131.459
Patrimônio líquido no final do exercício/período			
208.455 quotas a R\$384,68 em 31 de dezembro de 2008		79.343	-
a 207.464 quotas a R\$337,11 em 31 de dezembro de 2007		-	69.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis encerradas 31 de dezembro de 2008 e período de 20 de março (início das operações) a 31 de dezembro de 2007

(Em milhares de Reais, exceto valor unitário das quotas)

1. Contexto operacional

O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações (Fundo) é um fundo de investimento em participações administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., originalmente constituído em 15 de fevereiro 2007, tendo iniciado suas operações em 20 de março de 2007. A carteira do Fundo é gerida pela Artésia Gestão de Recursos S.A.

O Fundo atua sob a forma de condomínio fechado, cujas quotas só podem ser resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo ou em virtude de sua liquidação, admitindo-se a amortização de quotas por disposição do Regulamento Interno do Fundo ou da Assembleia Geral de Quotistas. O prazo de duração do Fundo será de seis anos, contados da data de encerramento para subscrição da Primeira Emissão, prorrogáveis por um período adicional de até três anos, mediante proposta do Gestor e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.

O objetivo do Fundo é obter rendimentos aos seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas (em conjunto "companhias investidas" e, isoladamente, "companhia investida") que tenham por objeto social: (i) a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados; e/ou (ii) a participação em companhias que participem indiretamente das atividades descritas no item (i), participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente por meio da indicação de membros do conselho de administração, titularidade de valores mobiliários que integrem o bloco de controle da companhia investida, participação em acordo de acionistas da companhia investida e/ou celebração de instrumento de natureza diversa ou adoção de qualquer procedimento com esse objetivo.

O Fundo destina-se, exclusivamente, a investidores qualificados, conforme legislação vigente.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da instituição administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou qualquer mecanismo de seguro. Poderá ocorrer perda do capital investido em decorrência de adoção de política de investimento agressiva pela instituição administradora, considerando o perfil de investimento do Fundo previsto no seu regulamento. Desta forma, os quotistas do Fundo estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), abrangidas pelas instruções CVM nº 305/99 e 391/03.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 não tiveram efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis do Fundo referentes ao período de 20 de março (início das operações) a 31 de dezembro de 2007, possibilitando a comparabilidade entre os exercícios.

3.2. Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória nº 449 de 04 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Esta lei e medida provisória tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A aplicação da referida lei e medida provisória é obrigatória para demonstrações contábeis anuais de exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2008.

3.3. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 são as primeiras apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com o CPC 13 aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 05 de dezembro de 2008 e aprovado pela Deliberação CVM nº 565/08. O Fundo elogiou 20 de março de 2007 (início das operações) como a data de transição para adequar-se às novas práticas contábeis.

3.4. Sumário das práticas contábeis adotadas

3.4.1. Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa incluem depósitos bancários.

3.4.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Fundo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

As aplicações em instrumentos financeiros são registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, quando se tratar de aplicações que serão mantidas até a data de vencimento, conforme regulamentado pelo CPC 14 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação.

De acordo com o regulamento do Fundo, os ativos integrantes da carteira serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

a) Títulos e valores mobiliários (renda variável)

As ações são registradas ao custo de aquisição, incluindo corretagens e emolumentos, e valorizadas de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa nº 4;

b) Quotas de fundos de investimentos

As quotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado, diariamente, pela variação no valor das quotas informada pelos administradores dos respectivos fundos de investimento, deduzidas de eventuais provisões para perdas. A valorização das quotas de fundos de investimento está apresentada na rubrica "Rendas de títulos e valores mobiliários".

3.4.3. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.4.4. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

3.4.5. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2008 o Fundo possuía 8.709.554 ações ao custo unitário de R\$6,80 (23.105.967 ações em 31 de dezembro de 2007, ao custo unitário de R\$6,80 - Títulos para negociação, privados e sem vencimento).
Dados das empresas investidas:

Produquímica Indústria e Comércio S.A.

	31/12/08	31/12/07
<i>Capital social</i>	31.452.697	31.452.697
<i>Ações emitidas</i>		
<i>Ordinárias nominativas</i>	42.788.825	42.788.825
<i>Ações possuídas</i>		
<i>Ordinárias nominativas</i>	8.709.554	23.105.967
<i>Percentual de participação</i>		
<i>Com direito a voto</i>	20,35%	54,00%
<i>Total de participação</i>	20,35%	54,00%

As aplicações em quotas de fundos de investimento, no montante de R\$276 em 31 de dezembro de 2008, também estão classificadas na categoria de "títulos para negociação".

Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado destes ativos são os seguintes:

* Quotas de fundos de investimento: registradas com base no valor das quotas informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento;

* Valores mobiliários de renda variável: são utilizadas as cotações referentes ao preço médio do dia negociado na BOVESPA. Para os ativos sem negociação, o valor do título deverá ser avaliado pelo custo de aquisição.

Informações adicionais sobre a Produquímica Indústria e Comércio S.A.

O Grupo Produquímica foi fundado em 1965. Com presença ativa em vários segmentos de negócios e unidades distribuídas pelo país, é uma das Organizações mais sólidas da indústria química nacional. A organização é líder em micronutrientes para agricultura e nutrição animal e se destaca em outros segmentos, como químicos para processos industriais e produtos para tratamento de águas. O Grupo Produquímica também está presente no mercado externo, com produtos que atendem, atualmente, aos países do Mercosul, Europa e Oriente Médio.

O Fundo adquiriu, em 23 de julho de 2007, 23.172.146 ações (equivalentes a 100% do capital social) da Produquímica Indústria e Comércio S.A., pelo montante de R\$157.044.

Em 17 de julho de 2008, por meio do Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Ações e Assunção de Obrigações (com aprovação em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 17 de julho de 2008), o Fundo cedeu e transferiu parte das ações da Produquímica Indústria e Comércio S.A. de sua titularidade ao Fundo Artésia Série Verde de Investimento em Participação (FIP Verde), mediante a assunção, pelo FIP Verde, da obrigação de pagar a totalidade do preço de aquisição remanescente, nos termos e condições do Instrumento de Compra e Venda. Desta forma, o Fundo transferiu 14.396.036 ações da Produquímica Indústria e Comércio S.A., de sua titularidade, ao FIP Verde, em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sendo que, em contraprestação, o FIP Verde assumiu, nas mesmas condições, para todos os fins de direito, todos os direitos e obrigações do Fundo no âmbito do Instrumento de Compra e Venda, principalmente a obrigação de efetuar o pagamento do preço de Aquisição remanescente aos vendedores, sendo R\$43.546 em 12 meses contados a partir da data de fechamento (18 de julho de 2007), corrigido pela variação de 100% do CDI a partir de 18 de julho de 2007; e em 24 meses contados da data de fechamento, o valor de R\$43.546, com correção similar.

A citada transferência de quotas e respectiva obrigação a pagar realizada em 17 de julho de 2008, cuja obrigação em 31 de dezembro de 2007 montava a R\$87.092, foi realizada pelo montante de R\$97.877 (com atualização pelo CDI), sendo este o principal fator que ocasionou a despesa de R\$5.975 registrada na rubrica "Despesas de títulos e valores mobiliários".

As variações remanescentes no número de ações ocorridas em 2008 e 2007 são relativas à reorganização societária da Produquímica Indústria e Comércio S.A..

5. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se, exclusivamente, para fins de proteção patrimonial.

O Fundo não operou com instrumentos financeiros derivativos no período.

6. Emissão e resgate ou amortização de quotas

O patrimônio inicial do Fundo, após a primeira emissão de quotas, será formado por até 15.000 (quinze mil) quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de quotas a serem subscritas no âmbito da primeira emissão. O preço inicial e unitário da emissão das quotas da primeira emissão será correspondente a R\$1, totalizando a primeira emissão o montante equivalente a até R\$15.000.

O valor mínimo de aplicação inicial de recursos, por investidor, é de R\$100.

As quotas do Fundo não são resgatáveis, a não ser pelo término do prazo de duração do Fundo ou de sua liquidação, mas poderão ser amortizadas no todo ou em parte, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de quotas integralizadas existentes, correspondentes ao valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização ou liquidação. As quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado (SFF), mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

O Fundo também poderá redistribuir diretamente aos quotistas, sob forma de amortização de quotas, a critério do Administrador, os dividendos, os juros sobre o capital próprio, os resultados, os lucros e outros ganhos recebidos pelo Fundo por conta de seus investimentos em valores mobiliários e/ou outros ativos após o abatimento de todas as taxas, encargos, comissões e despesas, ou incorporá-los ao patrimônio líquido do Fundo.

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas quotas.

Quando da liquidação do Fundo, os montantes relativos a estas liquidações de investimento deverão ser distribuídos aos quotistas por meio da amortização de quotas em no máximo 30 dias úteis.

7. Remuneração do administrador e gestor

7.1. Taxa de administração

A taxa de administração é calculada sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, conforme critério a seguir, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto no regulamento.

A título de taxa de administração, são devidos pelo Fundo ao administrador, os seguintes percentuais, ao ano, calculados sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, apurado no último dia útil de cada mês: (i) 0,15% enquanto o patrimônio líquido for de até R\$20.000; (ii) 0,125% enquanto o patrimônio líquido for superior a R\$20.000 e inferior a R\$50.000; (iii) 0,10% enquanto o patrimônio líquido for superior a R\$50.000 e inferior a R\$100.000; e (iv) 0,075% enquanto o patrimônio líquido for superior a R\$100.000.

De acordo com o disposto no regulamento do Fundo, a remuneração do Administrador não é inferior a R\$1,5 (mil e quinhentos Reais) ou superior a R\$12,5 (doze mil e quinhentos Reais) por mês. A remuneração do Administrador é provisionada diariamente e é paga ao Administrador mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

7.2. Remuneração do gestor

A remuneração do gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% ao ano a que se refere o item 7.1. anterior, calculado sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, observado que a remuneração do gestor nunca será inferior a R\$2,5 (dois mil e quinhentos Reais) ou superior a R\$3 (três mil Reais) por mês. A remuneração do gestor será provisionada diariamente e será paga ao gestor mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

7.3. Taxa de performance

Não há previsão de cobrança de taxa de performance.

7.4. Encargos debitados ao Fundo sobre o patrimônio líquido médio

	Exercício findo em 31/12/08	
	R\$ mil	%
Taxa de administração	(114)	0,18
Taxa de custódia	(24)	0,04
Despesas com prestação de serviços	(16)	0,03
Despesas administrativas	(40)	0,06
Total	(194)	0,31

	Período de 20/03 (início das operações) a 31/12/07	
	R\$ mil	%
Taxa de administração	(336)	0,77
Taxa de custódia	(18)	0,04
Despesas com prestação de serviços	(12)	0,03
Despesas administrativas	(177)	0,41
Total	(543)	1,25

8. Rentabilidade das quotas

O valor nominal da quota e sua rentabilidade anual são demonstrados a seguir:

Exercício/período findo	R\$ - Quota	% - Rentabilidade
31 de dezembro de 2006	284,68	(15,55)
De 20 de março a 31 de dezembro de 2007	337,11	(55,29)

9. Custódia dos títulos em carteira

As ações são escriturais e seu controle é mantido pelas respectivas Empresas controladas.

10. Divulgação de informações

As informações obrigatórias relativas ao Fundo são divulgadas no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Esta divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos quotistas.

11. Legislação tributária

De acordo com a Lei nº 11.312 de 27 de junho de 2006, os rendimentos auferidos pelos quotistas, no resgate ou na amortização de quotas de fundos de investimento em participações, inclusive, quando decorrentes da liquidação do Fundo, estão sujeitos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 15%, incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou de amortização e o custo de aquisição das cotas.

12. Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo, visando ao atendimento das normas legais e regulamentares.

13. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos quotistas, quer destes contra a Administração do Fundo.

14. Informações adicionais

14.1. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Administradora não contratou para o Fundo, outros serviços, com o auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis, que não seja o de auditoria independente.

14.2. Política de exercício de voto do Fundo

Conforme previsto no regulamento do Fundo, o exercício de direito de voto em assembleias das companhias emissoras de títulos e valores mobiliários, integrantes da carteira do Fundo, ficará a critério do gestor do Fundo, que poderá nomear representantes legais em nome do administrador, outorgados por meio de instrumentos de mandato específicos para tanto.

15. Alterações estatutárias

Em Assembleia Geral de Quotista realizada em 16 de abril de 2007, foi deliberado: (i) a ratificação do investimento inicial realizado pelo Fundo, mediante a aquisição de 122.000 ações ordinárias de emissão da Companhia Investida, no valor de R\$12.200, inclusive, mas não se limitando, para fins do disposto no artigo de 36 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 391 de 16 de julho de 2003; (ii) ratificação dos termos e condições do Contrato de Subscrição, os quais os quotistas declararam conhecer e concordar; (iii) alteração do item 4.3. do Regulamento do Fundo, para fazer constar que o gestor do Fundo poderá manter parcela correspondente a até 5% do patrimônio líquido do Fundo aplicado exclusivamente em outros ativos (conforme definido no Regulamento), desde que estes recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento; (iv) aprovação da nova versão do Regulamento; (v) aprovação das despesas relacionadas à estruturação e constituição do Fundo e ao investimento inicial do Fundo na Companhia Investida, bem como despesas relacionadas à realização da oferta pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Investida, conforme demonstrativo enviado aos quotistas, as quais serão arcadas pelo Fundo.

Em Assembleia Geral de Quotista realizada em 05 de julho de 2007, foi deliberado: (i) emissão, pelo Fundo, de até 550.000 quotas da sua 2ª emissão; (ii) alteração do Regulamento do Fundo ("Regulamento"); (iii) autorização do descumprimento, pelo gestor, do prazo estabelecido no item 4.3. do Regulamento e definição das respectivas condições; e (iv) autorização da adoção das medidas necessárias para submeter a deliberação de emissão de novas quotas e alteração do Regulamento à aprovação da CVM.

Em Assembleia Geral de Quotista realizada em 08 de julho de 2007, foi deliberado: (i) os quotistas do Fundo aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, autorizar o Administrador a efetuar o pagamento, pelo Fundo, da taxa de fiscalização do mercado de valores mobiliários, referente ao registro da distribuição pública das quotas da 2ª emissão do Fundo, no valor de R\$83. O valor da taxa foi calculado por meio da aplicação da alíquota de 0,84% sobre o valor da 2ª emissão, o qual corresponde a R\$189.838.

Em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 31 de março de 2008, foi deliberada a alteração da redação o item 15.1.2. do Regulamento, para limitar a remuneração do gestor ao pagamento mensal da quantia mínima de R\$2,50 (dois mil e quinhentos Reais) e máxima de R\$3 (três mil Reais).

Em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 20 de junho de 2008 foram aprovadas as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e parecer dos auditores independentes.

Em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 23 de junho de 2008, foi deliberada a emissão, pelo Fundo, de quotas de sua 3ª emissão para efetuar o pagamento de despesas e encargos do Fundo, e a autorização da adoção, pelo Administrador, das medidas necessárias para submeter a presente deliberação de emissão de novas quotas ao conhecimento da CVM, bem como para obter o registro da distribuição pública de referidas quotas perante a CVM.

Em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 17 de julho de 2008 foi deliberada a realização de desinvestimento parcial do Fundo, mediante a cessão e transferência de 14.396.036 ações de emissão da Produquímica Indústria e Comércio S.A. ao Fundo Artésia Série Verde de Investimento em Participações, administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., sendo que o FIP Verde assumiu, entre outras, a obrigação de efetuar o pagamento relativo às ações devido aos Srs. Gerhard Walter Schultz e João Marcelino Ramos, no âmbito do "Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças" celebrado em 14 de junho de 2007, e aditamentos posteriores, do qual o Fundo é parte em decorrência da celebração do "Instrumento Particular de Cessão de Direitos de Aquisição e Subscrição de Ações", em 18 de julho de 2007.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Informações Trimestrais

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2009.

COMUNICADO TRIMESTRAL

ARTÉSIA SÉRIE AZUL FIP
08.279.477/0001-60

Prezado(a) Investidor(a),

Servimo-nos da presente para, em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 32 da Instrução nº 391 da CVM, informá-lo que o Patrimônio Líquido atual do ARTÉSIA SÉRIE AZUL FIP é de R\$ 58.970.827,83, sendo que o número de cotas pelo fundo emitidas em 30/09/2009, é de 208.455.000.

Sendo o que tínhamos a informar, nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração ao Regulamento do Fundo
e Aprovação da Primeira Emissão de Quotas do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO

31 JAN 07 681075

REGISTRADO E MICROFILMADO
**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
M52 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO**
CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

1. Por este instrumento particular, a **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do **M52 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.279.477/0001-60 ("Fundo"), em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:
- a. Modificar a estrutura do regulamento do Fundo ("Regulamento"), que passará a ter a natureza de um fundo de investimento em participações, em regime de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03");
- b. Aprovar a nova versão do Regulamento do Fundo, nos termos do documento anexo;
- c. Em razão das deliberações referidas nos itens "a" e "b" acima, modificar a denominação do Fundo, que passará a ser denominado **"FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES"**;
- d. Nomear o Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 04.667.892 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 003.888.737-10, domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
- e. Assumir as funções de administração e controladoria do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo: (i) Artésia Gestão de Recursos S.A., para ser responsável pela gestão da carteira de investimentos do Fundo; (ii) Banco



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO

31 JAN 07 681075

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Bradesco S.A., para ser responsável pelos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e serviços de escrituração de quotas do Fundo; e (iii) KPMG Auditores Independentes, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;

- f. Deliberar sobre a primeira emissão de quotas do Fundo, composta de 10.000 (dez mil) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que as quotas terão preço inicial e unitário de emissão de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando a primeira emissão o montante equivalente a até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). As quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado, que segue anexo ao presente instrumento, a sua distribuição será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e serão inicialmente admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA; e
 - g. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento e de realização da primeira emissão de quotas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável, para a obtenção da aprovação da CVM relativa ao registro do Fundo e da primeira emissão de quotas do Fundo.
2. Estando assim deliberado este instrumento de alteração, vai o presente assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2007

Por: 
Cargo: Marcio Molander
Cargo: Fundador

Por: 
Cargo: Luisa Sabola
Cargo: Procuradora

5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Cx. 202 - Plo de Janeiro Tel: 2507-5187
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
Protocolo e data de declaração à margem: O DUS CERTIFICADO.

☐ Dorval Hale
Oficial Titular
Ata Exec. 1856/98 TJ

☐ Aurora I. Hale
1ª Escrevente Substituto
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. de Costa
2ª Escrevente Substituto
CTPS 8201 Série 053

☐ Fabiano Alves Barbosa
3ª Escrevente Substituto
CTPS 013782 série 91

AVERBADO AU
PROTOCOLO
Nº 681075
DATA 31/01/07
OFICIAL



ANEXO V

Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração ao Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

-2FEV07 681354

REGISTRAR E INTERMEDIAR
R.D. DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**
CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

- I. Por este instrumento particular, a **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do **FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.279.477/0001-60 ("Fundo"), em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:
- Retificar o "Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do M52 Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado", registrado neste 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 2007, sob n.º 681075 ("Instrumento"), para fazer constar que contratou como prestador de serviço do Fundo a **DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES** para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, e não a **KPMG Auditores Independentes**, conforme informado anteriormente no Instrumento; e retificar todas as demais informações prestadas no Instrumento, que não tenham sido objeto de alteração neste ato;
 - Aprovar a nova versão do regulamento do Fundo ("Regulamento"), nos termos do documento anexo; e
 - Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

-2FEV07 681354

REGISTRADO E HOMOLOGADO

2. Estando assim deliberado este instrumento de alteração do Regulamento e ratificação e ratificação do Instrumento, vai o presente assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2007

Por: Aluísio Theodoro
Cargo: Procurador

Por: Luisa Sabosa
Cargo: Procuradora

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 156 Cx. 202 - Plo de Janeiro Tel: 2507-5197
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
Protocolo e data declarados à margem, O QUE CERTIFICO.

<input type="checkbox"/> Durval Hale Oficial Thuter Ato Exec. 1855/95 TJ	<input type="checkbox"/> Fátima Almeida da Costa 2ª Escrevente Substituto CTPS 8301 Série 053
<input type="checkbox"/> Aurora L. Hale 1ª Escrevente Substituto CTPS 40371 Série 121	<input type="checkbox"/> Fabiano Alves Barbosa 3ª Escrevente Substituto CTPS 013762 série 01

AVERBADO AU
PROTOCOLO
Nº 681075
DATA 02/02/07
FUNDU
OFICIAL



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
EM OFÍCIO

-2FEV07 681354

REGISTRAR E IDENTIFICAR
DOCUMENTOS

REGULAMENTO DO FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

1.1. – O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 3 (três) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), podendo ser prorrogado por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de quotas ("Quotas").

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que tenham por objeto social a manufatura e comercialização de equipamentos para refrigeração



-2FEV17 681354

comercial "plug-in", inclusive mas não se limitando para a indústria de bebidas e fabricantes de alimentos em geral dependentes de sistema de refrigeração e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. - Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. - Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. - Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;
- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos



-2FEV07 681354

societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e

- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. - Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados a critério exclusivo do Gestor, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido) serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. - A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

4.2.1. - O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. - Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:



-2FEV07 681354

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DO FUNDOS - CAPITAL - RI

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor (conforme abaixo definidos), a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (v) abaixo por prazo indeterminado;
- (v) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

4.3.1. - Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo



-2FEV07 681354

mediante a integralização de Quotas dos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

4.4. - Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. - O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

4.6. - Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será votado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. - Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as



-2FEV07 681354

Companhias Investidas, ou (iv) entre as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7, acima (“Partes Relacionadas do Administrador”):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) e (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários (“Período de Investimentos”), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 180 (cento e oitenta) dias. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Gestor.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Gestor, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos



-2FEV07 681354

a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

5.2. – Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo, após a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão"), será formado por até 10.000 (dez mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o "Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.



-2FEV07 - 681354

6.2. - Emissões de novas quotas do Fundo ("Novas Quotas") poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto na Cláusula Doze abaixo) dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

6.2.2. - Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

CLÁUSULA SETE - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. - Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

7.1.2. - Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.

7.1.3. - Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. - Valor das Quotas

7.2.1. - As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. - Direitos de Voto

7.3.1. - Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.



-2FEV 07 681354

7.4. – Emissão e Subscrição de QuotasREGISTRADO E IDENTIFICADO
Nº DE JÁLLIAS – 04/10/07 – 03

7.4.1. – Cada emissão de Quotas e Novas Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.2. – As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 7.5. abaixo. Novas Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos no ato de deliberação da emissão de tais Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento.

7.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou de Novas Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.5. – Integralização das Quotas

7.5.1. – As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

7.5.2. – Na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

9



-2FEV07 681354

REGISTRADO E MICROFILMADO
BIB. DE JÁQUELI - CAPITAL - RJ

7.5.3. - Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

7.5.4. - O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.5.5. - O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.4 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial e Novas Quotas subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

7.5.6. - Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5, e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5, e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.6. - Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. - Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.6. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas, conforme previsto neste Regulamento.



-2FEV07 681354

7.6.1.1. - Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nesta última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

7.6.2. - Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

7.6.2.1. - As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.6.2.2. - O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. - Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. - As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.2. - Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

7.7.3. - Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de



-2FEV07 681354

REGISTRADO E AUTENTICADO

amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus,



-2FEV07 681354

REGISTRADO E AUTENTICADO

sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima;

- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”). O Administrador poderá, mediante orientação do Gestor, também registrar as Quotas do Fundo para negociação no BOVESPA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA.

7.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – A Subscritora somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

7.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

13



CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;



-2FEV07 681354

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

- (vi) deliberar sobre o aumento na Remuneração do Administrador e/ou alteração da Remuneração do Gestor;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador e/ou ao Gestor, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xii) deliberar aprovar despesas do Fundo não previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xiv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

9.2. – A convocação da Assembleia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a carta de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. – Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembleia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.



-2FEV07 681354

9.3. - A Assembleia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador, ou por solicitação do Gestor, ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. - Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

9.5. - Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. - As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação em primeira convocação e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

9.6.1. - As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas de que tratam os itens (ii), (iii), (iv), (v) e (viii) do item 9.1. acima serão aprovadas por Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. - Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;



-2FEV07 681354

- (vi) honorários de advogados, custos e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, retensão e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DO OFÍCIO

-2FEV07 681354

REGISTRADO E INSCRITO
NO CT 155116-000000-01

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;

18



-2FEV07 681354

- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. - Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. - Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. - O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE - DO ADMINISTRADOR

14.1. - O Fundo será administrado pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"). O Administrador contratou a **ARTÉSIA GESTÃO DE RECURSOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").



-2FEV 07 681354

REGISTRADO E PROTESTADO
Pelo Tabelião de Notas

14.2. - Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. - O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

14.4. - Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE - DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

15.1. - Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo ("Remuneração do Administrador"), e a remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira ("Remuneração do Gestor").

15.1.1. - A Remuneração do Administrador corresponderá aos seguintes percentuais: (i) 0,15% (quinze centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) 0,10% (dez centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iv) 0,075%

30



-2FEV07 681354

(setenta e cinco milésimos por cento), quando o Patrimônio Líquido for superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), calculados sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, observado que a Remuneração do Administrador nunca será inferior a R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por mês. A Remuneração do Administrador será provisionada diariamente e será paga ao Administrador mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

15.1.2. - A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 15.1. acima, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 15.1.1. acima. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor trimestralmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trimestre dos serviços prestados.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

16.1. - Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;



-2FEV07 681354

REGISTRADO E AUTENTICADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (v) elaborar, em conjunto com o Gestor e juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; e



-2FEV07 681354

REGISTRAR E INCORPORAR
BOL DE JACQUES - CAPITAL - RJ

- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. - Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembleia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

16.3. - Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. - Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.



-2FEV07 681354

REGISTRAR E IMPRIMIR
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

17.1.1. - A divulgação de informações de que trata o item 17.1. acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. - O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. - As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.



-2FEV07 681354

REGISTRADO E INDEXADO

17.4. - O Administrador deverá enviar, simultaneamente à CVM, exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor e os Quotistas.

18.2. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

18.3. - Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Gestor ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

18.4. - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

Cópia do Instrumento de Deliberação de Segunda Alteração ao Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO

-5 FEV 07 681529

REGISTRAR E INSTITUIÇÃO
RIO DE JANEIRO - BRASIL - RJ

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

1. Por este instrumento particular, a **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do **FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.279.477/0001-60 ("Fundo"), em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:
- a. Retificar o "Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do M52 Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado", registrado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 2007, sob n.º 681075 ("Instrumento"), para fazer constar que a primeira emissão de quotas do Fundo será composta de 15.000 (quinze mil) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que as quotas terão preço inicial e unitário de emissão de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando a primeira emissão o montante equivalente a até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). As quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado, que segue anexo ao presente instrumento, a sua distribuição será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400/03, e serão inicialmente admitidas a negociação no sistema de negociação SOMA FIX, operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA; e ratificar todas as demais informações prestadas no Instrumento, que não tenham sido objeto de alteração neste ato;
- b. Aprovar a nova versão do regulamento do Fundo ("Regulamento"), nos termos do documento anexo; e



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
62-0704


-5FEV07 681528

REGISTRO E INSCRIÇÃO
R/O DO JANEIRO-CAPITAL-SJ

- c. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento.
2. Estando assim deliberado este instrumento de alteração do Regulamento, vai o presente assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2007

Por: 
Cargo: 

Por: 
Cargo: Procuradora

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 106 - Gd. 302 - Rio de Janeiro - RJ - 20017-990
Registado, diligência e inscrição sob o número de
inscrição e esta declaração é o original. O QUE CERTIFICO.

☐ Original Não
Obrigado
Ata Exec. 1855/06 T3

☐ Anexo 1 Não
1ª Especificação Substituta
CTPS 40571 Série 121

☐ Anexo 2 Não
2ª Especificação Substituta
CTPS 40571 Série 121

☒ Anexo 3 Não
3ª Especificação Substituta
CTPS 40571 Série 121

AVERSÃO AO
PROTOCOLO
Nº 681675
DATA 05/02/07
OFICIAL



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
EM CÂMBIO

-5 FEV 07 681529

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
EM CÂMBIO - CAPITAL - RJ

REGULAMENTO DO FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

1.1. – O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 3 (três) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), podendo ser prorrogado por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de quotas (“Quotas”).

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 409, de 18 de agosto de 2004 (“Instrução CVM n.º 409/04”) (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os “Quotistas”).

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação (“Valores Mobiliários”), de emissão de companhias que tenham por objeto social a manufatura e comercialização de equipamentos para refrigeração



-5FEV07 681529

comercial "plug-in", inclusive mas não se limitando para a indústria de bebidas e fabricantes de alimentos em geral dependentes de sistema de refrigeração e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. – Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;
- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos



-5FEV07 081529

societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e

- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados a critério exclusivo do Gestor, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido) serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo (“Outros Ativos”).

4.2.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:



-5FEV17 601528

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
22 21/11/2017

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor (conforme abaixo definidos), a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (v) abaixo por prazo indeterminado;
- (v) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesa e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

4.3.1. – Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo



-5FEV07 661529

mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

4.4. - Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. - O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

4.6. - Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. - Sem prejuízo do disposto no item 4.6, acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as



-5 FEV 07 681529

Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7. acima (“Partes Relacionadas do Administrador”):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários (“Período de Investimentos”), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 180 (cento e oitenta) dias. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Gestor.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Gestor, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos



-5FEV07 681529

a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo (“Período de Desinvestimento”).

5.2. – Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo, após a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio inicial do Fundo (“Patrimônio Inicial”), após a primeira emissão de Quotas (“Primeira Emissão”), será formado por até 15.000 (quinze mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o “Preço de Emissão”), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável (“Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão”). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.



-5 FEV 07 681528

6.2. – Emissões de novas quotas do Fundo ("Novas Quotas") somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. – Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto na Cláusula Doze abaixo) dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

6.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. – Direitos de Voto

7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.



-5FEV07 681529

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
S.º 6111 - JACUÍ - RS

7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – Cada emissão de Quotas e Novas Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.2. – As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 7.5. abaixo. Novas Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos no ato de deliberação da emissão de tais Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento.

7.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretirável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou de Novas Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.5. – Integralização das Quotas

7.5.1. – As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

7.5.2. – Na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
681529

-5 FEV 07 681529

REGISTRADO E ARQUIVADO
DIÁRIO DE NOTAS - 1997

7.5.3. – Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

7.5.4. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.5.5. – O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.4 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial e Novas Quotas subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

7.5.6. – Os Quotistas, ao subcreverem Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento (“Quotista Inadimplente”), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.6, acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas, conforme previsto neste Regulamento.



-5 FEV 07 801628

7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de



-5 FEV 07 681529

amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas devida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil Brasileiro”), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus,



-5FEV07 681529

sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima;

- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”). O Administrador poderá, mediante orientação do Gestor, também registrar as Quotas do Fundo para negociação no BOVESPA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA.

7.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – A Subscritora somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

7.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.



-5FEV07 681528

CLÁUSULA OITO - DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. - A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. - O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.2.1. - Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos no item 4.3. acima.

8.3. - Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

CLÁUSULA NOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. - Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;



-5FEV07 681529

- (vi) deliberar sobre o aumento na Remuneração do Administrador e/ou alteração da Remuneração do Gestor;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quorums de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador e/ou ao Gestor, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xii) deliberar aprovar despesas do Fundo não previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xiv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

9.2. – A convocação da Assembleia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a carta de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. – Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembleia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.



-5FEV07 681529

9.3. – A Assembleia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador, ou por solicitação do Gestor, ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. – Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

9.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação em primeira convocação e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

9.6.1. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas de que tratam os itens (ii), (iii), (iv), (v) e (viii) do item 9.1. acima serão aprovadas por Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. – Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;

18



-5 FEV 07 681529

- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5ª OFICINA

-5FEV 07 681529

REGISTRAR DE VALORES MOBILIÁRIOS
R. D. S. JACQUES - 1001 - 01011-90

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades (“Patrimônio Líquido”). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDACÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;



-5FEV07 681528

- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"). O Administrador contratou a **ARTÉSIA GESTÃO DE RECURSOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").



-5FEV07 681529

14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. – O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

14.4. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo ("Remuneração do Administrador"), e a remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira ("Remuneração do Gestor").

15.1.1. – A Remuneração do Administrador corresponderá aos seguintes percentuais: (i) 0,15% (quinze centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) 0,10% (dez centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iv) 0,075%



-5 FEV 07 081528

(setenta e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), calculados sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, observado que a Remuneração do Administrador nunca será inferior a R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por mês. A Remuneração do Administrador será provisionada diariamente e será paga ao Administrador mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

15.1.2. – A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 15.1. acima, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 15.1.1. acima. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor trimestralmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trimestre dos serviços prestados.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

16.1. – Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;



-5FEV07 681529

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DO FUNDOS

- (v) elaborar, em conjunto com o Gestor e juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; e



-5FEV07 681529

REGISTRADO E DOCUMENTO
E/O DE 2007/02/07 - 21

- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembleia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

16.3. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.



-5FEV 07 681529

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata o item 17.1, acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.



CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.4. - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo
que Aprovou a Terceira Alteração ao Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
(“Fundo”)

CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo
realizada em 16 de abril de 2007

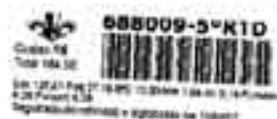
DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 dias do mês de abril do ano de 2007, às 17 horas, na sede do Administrador do Fundo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos quotistas do Fundo (“Quotistas”) nesta data, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Quotistas do Fundo.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Luisa Saboia; Secretária: Camila Serra.

ORDEM DO DIA: (i) Ratificar o investimento inicial do Fundo, realizado em 20 de março de 2007, mediante a aquisição de participação societária na **METALFRIO SOLUTIONS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, n.º 412, km 12,5 da Via Anchieta, inscrita no CNPJ/MF n.º 05.964.738/0001-92 (“Companhia Investida”); (ii) Ratificar os termos e condições do “Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças” celebrado entre o Fundo e a Companhia Investida, em 7 de fevereiro de 2007 (“Contrato de Subscrição”); (iii) Alterar o regulamento do Fundo (“Regulamento”); (iv) Aprovar a nova versão do Regulamento do Fundo, a qual segue anexa a este instrumento de deliberação; (v) Aprovar o pagamento de despesas incorridas na constituição do Fundo, na realização do investimento inicial do Fundo na Companhia Investida, assim como relacionadas à oferta pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Investida, iniciada em 27 de março de 2007; e (vi) Submeter à aprovação da CVM esta deliberação de alteração do Regulamento.

DELIBERAÇÕES: Os Quotistas do Fundo aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes deliberações: (i) Ratificar o investimento inicial realizado pelo Fundo, mediante a aquisição de 122.000 (cento e vinte e duas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia Investida, no valor de R\$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais), inclusive, mas não se limitando, para fins do disposto no artigo 36 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003; (ii) Ratificar os termos e condições do Contrato de Subscrição, os quais os Quotistas declaram conhecer e concordar; (iii) Alterar o item 4.3 do Regulamento do Fundo, para fazer constar que o gestor do Fundo poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos (conforme definido no Regulamento), desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento; (iv) Aprovar a nova versão do Regulamento, a qual segue anexa a este instrumento de deliberação; (v) Aprovar as seguintes despesas relacionadas à estruturação e constituição do Fundo e ao investimento inicial do Fundo na Companhia Investida, bem como despesas relacionadas à realização da oferta pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Investida, conforme demonstrativo



19 ABR 07 688009

enviado aos Quotistas nesta data, as quais serão arcadas pelo Fundo, a saber: (a) taxa de registro da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") referente à primeira emissão de quotas do Fundo; (b) taxa de registro das quotas de emissão do Fundo no ambiente de negociação SOMA FIX, operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo; (c) publicações relativas à primeira emissão de quotas do Fundo, realizadas na edição de 22 de fevereiro de 2007 do Diário Mercantil do Rio de Janeiro; (d) assessoria legal prestada pelo escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, referente à constituição do Fundo, registro da primeira emissão de quotas do Fundo na CVM e realização da oferta pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Investida; (e) serviços contábeis prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referentes à diligência legal e contábil na Companhia Investida; e (f) todas e quaisquer despesas suportadas pelo Fundo na realização da oferta pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Investida, incluindo, mas não se limitando, despesas relacionadas à contratação de prestadores de serviço da oferta pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Investida, tais como auditores independentes, agência de classificação de risco, bancos coordenadores da oferta pública secundária de ações ordinárias, consultores legais, observado que, caso o Administrador, gestor ou qualquer dos Quotistas tenham efetuado ou efetuem qualquer pagamento relativo às despesas previstas neste item, o Fundo deverá reembolsá-lo em até 5 (cinco) dias úteis contra a apresentação do respectivo comprovante de pagamento; e (vi) Submeter à aprovação da CVM esta deliberação de alteração do Regulamento.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral dos Quotistas encerrada com a lavratura da presente ata. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2007.

Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio.

Camila Serra
Camila Serra
Secretária

5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Cx. 202 - Rio de Janeiro Tel. 2507-5197
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
Protocolo e data declarados à margem O QUE CERTIFICO

<input type="checkbox"/> Durval Hale Oficial Titular Atto Exec. 1855/98 TJ	<input type="checkbox"/> Paulo André M. de Costa 2º Escrivente Substituto CTPS 0201 Série 063
<input type="checkbox"/> Aurélio L. Hale 1º Escrivente Substituto CTPS 40374 Série 121	<input type="checkbox"/> Fabiano Alves Barbosa 3º Escrivente Substituto CTPS 013782 série 91

AVERBAÇÃO AU
PROTOCOLO
Nº 681529
DATA 19/04/07
OFICIAL



REGULAMENTO DO FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

- 1.1. – O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.
- 1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 3 (três) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), podendo ser prorrogado por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.
- 1.3. – O Fundo terá uma única classe de quotas ("Quotas").
- 1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

- 2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").
- 2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

- 3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis.



1946R07 688008

em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que tenham por objeto social a manufatura e comercialização de equipamentos para refrigeração comercial "plug-in", inclusive mas não se limitando para a indústria de bebidas e fabricantes de alimentos em geral dependentes de sistema de refrigeração e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. – Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;



19 ABR 07 688009

- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados a critério exclusivo do Gestor, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido) serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

4.2.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e



para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. - Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor (conforme abaixo definidos), a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e



19 APR 07 600009

cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (v) abaixo por prazo indeterminado;

- (v) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

4.3.1. - Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

4.4. - Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. - O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

4.6. - Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Aivo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em



19 MAR 07 088009

conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

- (II) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (I) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. – Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7. acima ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e



19 ABR 07 688008

- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimentos"), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 180 (cento e oitenta) dias. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Gestor.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Gestor, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

5.2. – Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo, após a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e



encargos do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão"), será formado por até 15.000 (quinze mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o "Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

6.2. – Emissões de novas quotas do Fundo ("Novas Quotas") somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. – Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto na Cláusula Doze abaixo) dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

19 ABR 07 688009

6.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscriver e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

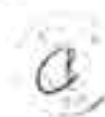
7.3. – Direitos de Voto

7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.

7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – Cada emissão de Quotas e Novas Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.2. – As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do Item 7.5.



19 ABR 07 688009

abaixo. Novas Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos no ato de deliberação da emissão de tais Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento.

7.4.3. - No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou de Novas Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.5. - Integralização das Quotas

7.5.1. - As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

7.5.2. - Na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

7.5.3. - Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.



19AER07 688009

7.5.4. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.5.5. – O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.4 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial e Novas Quotas subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

7.5.6. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.6. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas do Fundo em



19 ABR 07 680009

período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de



19 ABR 07 688009

investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido



19 ABR 07 688009

condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima;

- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA"). O Administrador poderá, mediante orientação do Gestor, também registrar as Quotas do Fundo para negociação no BOVESPA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA.

7.9.2. – Caberá ao Intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – A Subscritora somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

7.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo

19 ABR 07 688009

Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.2.1. – Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos no item 4.3. acima.

8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefícios de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

CLÁUSULA NOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. – Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (I) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (II) alterar este Regulamento;



19 ABR 07 688009

- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Remuneração do Administrador e/ou alteração da Remuneração do Gestor;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador e/ou ao Gestor, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xii) deliberar aprovar despesas do Fundo não previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xiv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no Item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.



RECEBIMOS DO ADMINISTRADOR DO FUNDO
EM 19/04/2007

19 ABR 07 688009

9.2. - A convocação da Assembleia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a carta de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. - Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembleia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

9.3. - A Assembleia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador, ou por solicitação do Gestor, ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. - Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

9.5. - Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. - As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação em primeira convocação e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

9.6.1. - As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas de que tratam os itens (ii), (iii), (iv), (v) e (viii) do item 9.1. acima serão aprovadas por Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. - Constituição encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;

0

- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.



194837 688008

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou

19 ABR 07 688009

- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"). O Administrador contratou a **ARTÉSIA GESTÃO DE RECURSOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").

14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. – O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

19 ABR 07 688009

14.4. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo ("Remuneração do Administrador"), e a remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira ("Remuneração do Gestor").

15.1.1. – A Remuneração do Administrador corresponderá aos seguintes percentuais: (i) 0,15% (quinze centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) 0,10% (dez centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iv) 0,075% (setenta e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), calculados sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, observado que a Remuneração do Administrador nunca será inferior a R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por mês. A Remuneração do Administrador será provisionada diariamente e será paga ao Administrador mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

15.1.2. – A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 15.1. acima, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 15.1.1. acima. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao

Gestor trimestralmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trimestre dos serviços prestados.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

16.1. – Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, em conjunto com o Gestor e juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, incluindo os registros

apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

- (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (I) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; e
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia



194ER 07 688006

apreciação e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembléia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

16.3. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata o item 17.1. acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal

19AER 07 688009

divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. – O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

RECEBIMENTO
SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO - FISCAL
14-05-2007

19 ABR 07 688009

RECEBIMENTO
SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO - FISCAL
14-05-2007

18.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor e os Quotistas.

18.2. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

18.3. – Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Gestor ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

18.4. – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VIII

Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a
Quarta Alteração ao Regulamento e a Segunda Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DE CÍDIO

-6 JUL 07 694924

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo
realizada em 05 de julho de 2007

DATA, HORA E LOCAL: Aos 05 dias do mês de julho do ano de 2007, às 11 horas, na sede do Administrador do Fundo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos quotistas do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Quotistas" e "Fundo", respectivamente) nesta data, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Quotistas do Fundo. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Luisa Saboia; Secretária: Camila Serra. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a emissão, pelo Fundo, de até 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas da sua segunda emissão; (ii) alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento"); (iii) autorizar o descumprimento pelo Gestor do prazo estabelecido no item 4.3.(iv) do Regulamento e definir as respectivas condições; e (iv) autorizar a adoção das medidas necessárias para submeter a presente deliberação de novas quotas e alteração do Regulamento à aprovação da CVM. **DELIBERAÇÕES:** Os Quotistas do Fundo **aprovaram**, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes deliberações: (i) a emissão, pelo Fundo, de até 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas da sua segunda emissão, que corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que o preço de emissão unitário de cada quota da segunda emissão será aquele referido no item 6.2.1. do Regulamento do Fundo, qual seja, o valor unitário das quotas do Fundo nesta data; os direitos a que as novas quotas farão jus, bem como as características e o sistema em que serão registradas para negociação são aqueles indicados no Regulamento do Fundo, sendo que a segunda emissão respeitará, ainda, o disposto no item 6.2.2. de referido instrumento; (ii) a alteração do Regulamento do Fundo que passa a vigorar na versão consolidada anexa; (iii) a autorização para a não observância pelo Gestor do Fundo do prazo estabelecido para a distribuição aos Quotistas, a título de amortização, dos rendimentos e outras remunerações resultantes de investimentos realizados pelo Fundo, que compõe a totalidade do patrimônio líquido atual do mesmo, para que esses recursos permaneçam aplicados, a critério do Gestor, em Valores Mobiliários e Outros Ativos (conforme definidos no Regulamento) até o dia 31 de julho de 2007, data máxima em que tais recursos deverão ser investidos pelo Fundo em Companhias Alvo, Companhias Investidas ou Outros Ativos, nos termos do Regulamento, ou distribuídos aos Quotistas a título de amortização, nos termos do item 4.3.(iv) do Regulamento; e (iv) a adoção das medidas cabíveis para submeter a presente deliberação de emissão de novas quotas e alteração do Regulamento do Fundo à aprovação da CVM. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral de Quotistas encerrada com a lavratura da presente ata. A presente é cópia fiel da ata de Assembleia Geral de Quotistas do Fundo,



realizada em 05 de julho de 2007, lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 05 de julho de 2007.

Certifico e dou fé que a presente é cópia
fiel da lavrada em livro próprio.

Camila Serra
Camila Serra
Secretária



OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 156 Cj. 203 - Pa. de Juiz de Paz 2007-5111
Registrado, digitalizado e mantido em todos os sistemas de
Processamento de dados e arquivos - CTRP e CTRF RJ

☐ Duvidal Hene
Oficial Titular
Atm Exec. 1858/98 T.J.

☐ Aurora L. Hane
1º Exerceente Substituto
CTPS 8201 Série 053

☒ 2007 Aurora L. de Costa
2º Exerceente Substituto
CTPS 8201 Série 053

☐ Fabiano Alves Bertone
3º Exerceente Substituto
CTPS 811785 Série 01



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
34.171.3

-6 JUL 07 694924

REGULAMENTO DO FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

1.1. – O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 6 (seis) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme definidos abaixo), podendo ser prorrogado por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de Quotas (conforme definido no item 7.1.1. deste Regulamento).

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em



ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades acima descritas e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. – Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;



-6 JUL 07 694924

- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão propostos pelo Gestor e, desde que previamente aprovados pelos Quotistas nos termos do item 4.8. deste Regulamento, serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido), desde que aprovados previamente pelos Quotistas do Fundo conforme disposto no item 4.8. abaixo, serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

4.2.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que,



além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos e o disposto nos itens 4.8. e 5.3.1. deste Regulamento:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor (conforme abaixo definidos), a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores



-6 JUL 07 694924

Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (v) abaixo por prazo indeterminado;

- (v) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

4.3.1. – Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

4.4. – Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. – O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

4.6. – Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;



(ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:

- a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. – Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7. acima ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DO FUNDO

-6 JUL 07 694824

- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

4.8. Quaisquer investimentos de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas ou em Outros Ativos, nos termos propostos pelo Gestor, independentemente do valor, deverão ser previamente aprovados em Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimentos"), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Gestor.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Gestor, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser (i) aprovado,



previamente à respectiva execução, pela Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, e (ii) concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

5.2. – Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo (cada, uma "Emissão"), após a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO E DAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio do Fundo ("Patrimônio") é formado por Quotas de uma única classe, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito de cada Emissão.

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) meses contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão serão canceladas pelo Administrador.

6.2. – Emissões de novas quotas do Fundo após a primeira Emissão de Quotas do Fundo ("Novas Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente), somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. – Na hipótese de Emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto na Cláusula



RESISTOR DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
EX-2010-0

-6 JUL 07 694924

Doze abaixo) dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

6.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe. Entende-se por “Quotas”, as Quotas da Primeira Emissão em conjunto com as Novas Quotas que vierem a ser emitidas pelo Fundo.

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. – Direitos de Voto

7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.

7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – Cada Emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.



7.4.2. – As Quotas do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 7.5. abaixo. O ato de deliberação de Emissão de Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento, poderá determinar formas específicas de subscrição e integralização das respectivas Novas Quotas.

7.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.3.1. – O Administrador deverá exigir, no ato da subscrição de Quotas, a comprovação da qualificação exigida na Cláusula Dois acima.

7.5. – Integralização das Quotas

7.5.1. – As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

7.5.2. – Na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

7.5.3. – Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante

-6 JUL 07 694924

orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

7.5.4. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.5.5. – O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.4 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas.

7.5.6. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do Item 7.5.6. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os



valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.1.1. – Durante o Período de Investimento, sempre que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo for inferior ou equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais), será vedado ao Fundo realizar pagamentos aos Quotistas, a título de amortização, em valores superiores, em cada ano, a 5% (cinco por cento) do valor total do principal investido por todos os Quotistas no Fundo durante os primeiros 5 (cinco) anos de sua duração.

7.7.1.2. – Não obstante o disposto no item 7.7.1.1 acima, o limite de 5% (cinco por cento) não se aplicará aos pagamentos efetuados pelo Fundo aos Quotistas, a título de amortização: (i) de valores decorrentes de dividendos e outros rendimentos auferidos pelo Fundo em decorrência dos recursos investidos em Companhias Investidas; e (ii) desde que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo



RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO BRASIL

- 6 JUL 07 694924

seja, no mínimo, equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais).

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;



- (ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima;
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá, mediante orientação do Gestor, registrar as Quotas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

7.9.2. – Caberá ao Intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a



-6 JUL 07 694924

qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – A Subscritora somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

7.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.2.1. – Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos no item 4.3. acima.

8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.



CLÁUSULA NOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. – Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Remuneração do Administrador e/ou alteração da Remuneração do Gestor;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador e/ou ao Gestor, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a realização de investimentos pelo Fundo, nos termos do item 4.8. deste Regulamento, bem como sobre o processo de desinvestimento do Fundo de que trata o item 5.1.3. acima;
- (xii) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DE FUNDOS

-6 JUL 07 694924

REGISTRO E INSCRIÇÃO
DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

- (xiii) deliberar sobre a aprovação de despesas do Fundo que não estejam previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;
- (xiv) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(I) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no item 9.1.(II) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

9.2. – A convocação da Assembleia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a carta de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. – Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembleia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

9.3. – A Assembleia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador, ou por solicitação do Gestor, ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. – Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

9.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação em primeira convocação e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes em segunda



convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

9.6.1. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas de que tratam os itens (ii), (iii), (iv), (v) e (viii) do item 9.1. acima serão aprovadas por Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. – Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;



-6 JUL 07 694924

- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio



Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
04/28/2007

-6 JUL 07 694924

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"). O Administrador contratou a **ARTÉSIA GESTÃO DE RECURSOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").

14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em



assembléias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. – O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

14.4. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo ("Remuneração do Administrador"), e a remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira ("Remuneração do Gestor").

15.1.1. – A Remuneração do Administrador corresponderá aos seguintes percentuais: (i) 0,15% (quinze centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) 0,10% (dez centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iv) 0,075% (setenta e cinco



-6 JUL 07 694924

milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), calculados sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, observado que a Remuneração do Administrador nunca será inferior a R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por mês. A Remuneração do Administrador será provisionada diariamente e será paga ao Administrador mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

15.1.2. - A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 15.1. acima, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 15.1.1. acima. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor trimestralmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trimestre dos serviços prestados.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

16.1. - Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;



- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, em conjunto com o Gestor e juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
EM 17/04

-6 JUL 07 694924

REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; e
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembleia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

16.3. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;



- (b) na aquisição de bens imóveis; e
- (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata o item 17.1. acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES
12-27112

-6 JUL 07 694924

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. – O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor e os Quotistas.

18.2. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

18.3. – Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Gestor ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.



18.4. – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.



ANEXO IX

Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo
que Aprovou a Quinta Alteração ao Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

**Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo
realizada em 17 de setembro de 2007**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 17 dias do mês de setembro do ano de 2007, às 11 horas, na sede do Administrador do Fundo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos quotistas do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Quotistas" e "Fundo", respectivamente) nesta data, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Quotistas do Fundo. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Luisa Saboia; Secretária: Camila Serra. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a alteração do regulamento do Fundo ("Regulamento") em função das exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), por meio do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-3/N.º1347/2007, no âmbito do pedido de registro da distribuição pública da segunda emissão de quotas do Fundo; e (ii) autorizar a adoção das medidas necessárias para submeter a presente deliberação de alteração do Regulamento à aprovação da CVM. **DELIBERAÇÕES:** Os Quotistas do Fundo aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes deliberações: (i) a alteração do Regulamento do Fundo que passa a vigorar na versão consolidada anexa; e (ii) a adoção das medidas cabíveis para submeter a presente deliberação de alteração do Regulamento à aprovação da CVM. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral de Quotistas encerrada com a lavratura da presente ata. A presente é cópia fiel da ata de Assembleia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 17 de setembro de 2007, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2007.



Luisa Saboia
Presidente



Camila Serra
Secretária



**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS
DO FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**
realizada em 17 de setembro de 2007

QUOTISTA	ASSINATURA
Almond Tree LLC	
Artesia Equity Investments LLC	
Peach Tree LLC	
Ruby International CV	
Amber International LLC	

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3ª SEÇÃO

10 SET 07 701233

REGISTRO E INDICADORES
DO CRIAT - FUNDOS - FUNDOS - 03

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo
realizada em 17 de setembro de 2007

DATA, HORA E LOCAL: Aos 17 dias do mês de setembro do ano de 2007, às 11 horas, na sede do Administrador do Fundo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos quotistas do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Quotistas" e "Fundo", respectivamente) nesta data, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Quotistas do Fundo. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Luisa Saboia; Secretária: Camila Serra. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a alteração do regulamento do Fundo ("Regulamento") em função das exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), por meio do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-3/N.º 1347/2007, no âmbito do pedido de registro da distribuição pública da segunda emissão de quotas do Fundo; e (ii) autorizar a adoção das medidas necessárias para submeter a presente deliberação de alteração do Regulamento à aprovação da CVM. **DELIBERAÇÕES:** Os Quotistas do Fundo aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes deliberações: (i) a alteração do Regulamento do Fundo que passa a vigorar na versão consolidada anexa; e (ii) a adoção das medidas cabíveis para submeter a presente deliberação de alteração do Regulamento à aprovação da CVM. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral de Quotistas encerrada com a lavratura da presente ata. A presente é cópia fiel da ata de Assembleia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 17 de setembro de 2007, lavrada em livro próprio.

Certifico e dou fé que a presente é cópia
fiel da lavrada em livro próprio.

Luisa Saboia
Luisa Saboia
Presidente

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 100 Gr. 202 - Rio de Janeiro/RJ - 20040-907
Registral: digitalizado e disponibilizado; 44 - o número de
Protocolo e data decorrentes a margem; 1 - CVM/CAT/REG-3
☐ Oficial: Heli
Oficial Titular
440 Exec. 1000985 T2
☐ Paulo Sérgio de Sá Torres
2º Substituto
CTPS 4501 Série 050
☐ Aurora L. Heli
1º Substituto
CTPS 40311 Série 121
☐ Valéria Aires Ribeiro
2º Substituto
CTPS 013162 Série 01



AVERBADO EM
PROTOCOLO
Nº 63824
DATA 11/9/2007
[Assinatura]
OFICIAL



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º 27/03

18 SET 07 701233

REGISTRO E HABILITAÇÃO
RUA DO JARDIM - CAPITAL - RJ

**REGULAMENTO DO FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL
DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

**CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. – O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 6 (seis) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme definidos abaixo), podendo ser prorrogado por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de Quotas (conforme definido no item 7.1.1. deste Regulamento).

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em



ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades acima descritas e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. – Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;



10 SET 07 701233

REGISTRADO E RECONHECIDO
Pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)

- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. - Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão propostos pelo Gestor e, desde que previamente aprovados pelos Quotistas nos termos do item 4.8. deste Regulamento, serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido), desde que aprovados previamente pelos Quotistas do Fundo conforme disposto no item 4.8. abaixo, serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. - A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

4.2.1. - O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que,



além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos e o disposto nos Itens 4.8. e 5.3.1. deste Regulamento:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor (conforme abaixo definidos), a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores



18 SET 07 701233

RECEBIMOS DE TÍTULOS E VALORES
EM DÍGITO

Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (v) abaixo por prazo indeterminado;

- (v) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

4.3.1. – Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

4.4. – Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. – O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

4.6. – Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;



(ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:

- a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. – Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7. acima ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e



18 SET 07 701233

RECIBO DE PAGAMENTO E DOCUMENTOS
DE CANCELAMENTO

- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

4.8. Quaisquer investimentos de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas ou em Outros Ativos, nos termos propostos pelo Gestor, independentemente do valor, deverão ser previamente aprovados em Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimentos"), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Gestor.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Gestor, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser (i) aprovado,



previamente à respectiva execução, pela Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, e (ii) concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

5.2. – Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo (cada, uma "Emissão"), após a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO E DAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio do Fundo ("Patrimônio") é formado por Quotas de uma única classe, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito de cada Emissão.

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) meses contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Prazo de Integralização").

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão serão canceladas pelo Administrador.

6.2. – Emissões de novas quotas do Fundo após a primeira Emissão de Quotas do Fundo ("Novas Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente), somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. – Na hipótese de Emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto na Cláusula



18 SET 07 701233

REGISTRADO E MICROFILMADO
RUA DE JACINTO - CAPITAL - RJ

Doze abaixo) dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

6.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe. Entende-se por "Quotas", as Quotas da Primeira Emissão em conjunto com as Novas Quotas que vierem a ser emitidas pelo Fundo.

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. – Direitos de Voto

7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.

7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – Cada Emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública no CVM, nos termos da regulamentação aplicável.



7.4.2. – As Quotas do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 7.5. abaixo. O ato de deliberação de Emissão de Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento, poderá determinar formas específicas de subscrição e integralização das respectivas Novas Quotas.

7.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.3.1. – O Administrador deverá exigir, no ato da subscrição de Quotas, a comprovação da qualificação exigida na Cláusula Dois acima.

7.5. – Integralização das Quotas

7.5.1. – As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

7.5.2. – Observado o Prazo de Integralização estabelecido no item 6.1.1. acima, na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.



18 SET 07 701233

REGISTRO E HOSPEDAGEM
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

7.5.3. – Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

7.5.4. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.5.5. – O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.4 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas.

7.5.6. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.6. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.



RECEBIMOS 07/10/2017

7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.1.1. – Durante o Período de Investimento, sempre que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo for inferior ou equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais), será vedado ao Fundo realizar pagamentos aos Quotistas, a título de amortização, em valores superiores, em cada ano, a 5% (cinco por cento) do valor total do principal investido por todos os Quotistas no Fundo durante os primeiros 5 (cinco) anos de sua duração.

7.7.1.2. – Não obstante o disposto no item 7.7.1.1 acima, o limite de 5% (cinco por cento) não se aplicará aos pagamentos efetuados pelo Fundo aos Quotistas, a



18 SET 07 701233

REGISTRADO E HABILITADO
RTO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

título de amortização: (i) de valores decorrentes de dividendos e outros rendimentos auferidos pelo Fundo em decorrência dos recursos investidos em Companhias Investidas; e (ii) desde que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo seja, no mínimo, equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais).

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários



435105 701889

11-11-11 11:11:11

e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;

- (ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima;
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá, mediante orientação do Gestor, registrar as Quotas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.



18 SET 07 701233

REGISTRADO E RECEBIMOS
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

7.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – A Subscritora somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

7.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.2.1. – Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos no item 4.3. acima.



8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

CLÁUSULA NOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. – Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Remuneração do Administrador e/ou alteração da Remuneração do Gestor;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador e/ou ao Gestor, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;



18 SET 07 701233

REGISTRO DE FUNDOS E DESPESAS
SA 2000

- (xi) deliberar sobre a realização de investimentos pelo Fundo; nos termos do item 4.8. deste Regulamento, bem como sobre o processo de desinvestimento do Fundo de que trata o item 5.1.3. acima;
- (xii) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xiii) deliberar sobre a aprovação de despesas do Fundo que não estejam previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;
- (xiv) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

9.2. – A convocação da Assembleia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a carta de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. – Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembleia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

9.3. – A Assembleia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador, ou por solicitação do Gestor, ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. – Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

4



9.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação em primeira convocação e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

9.6.1. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas de que tratam os itens (ii), (iii), (iv), (v) e (viii) do item 9.1. acima serão aprovadas por Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. – Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;



18 SET 07 701233

REGISTRO E INCORPORADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.



CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

12.4. – O Administrador, mediante decisão da Assembleia Geral de Quotistas e de acordo com a orientação fixada pela mesma, poderá constituir reservas de caixa ou contas de depósito em garantia para fins de proteção do Fundo em função de dívidas e/ou despesas que possam ser incorridas pelo mesmo em função dos Valores Mobiliários e Outros Ativos de liquidação duvidosa que compõem a Carteira do Fundo.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:



18 SET 07 701233

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
DO FUNDO

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"). O Administrador contratou a **ARTÉSIA GESTÃO DE RECURSOS S.A.**, sociedade



devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").

14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. – O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

14.4. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo ("Remuneração do Administrador"), e a



18 SET 07 701233

REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO
FUNDOS DE INVESTIMENTO - RJ

remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira ("Remuneração do Gestor").

15.1.1. – A Remuneração do Administrador corresponderá aos seguintes percentuais: (i) 0,15% (quinze centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) 0,10% (dez centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iv) 0,075% (setenta e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), calculados sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, observado que a Remuneração do Administrador nunca será inferior a R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por mês. A Remuneração do Administrador será provisionada diariamente e será paga ao Administrador mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

15.1.2. – A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 15.1. acima, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 15.1.1. acima. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor trimestralmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trimestre dos serviços prestados.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

16.1. – Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;



- (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
- (c) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
- (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
- (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
- (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, em conjunto com o Gestor e juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;



10 SET 07 701233

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
S/A DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; e
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembleia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

16.3. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:



- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata o item 17.1. acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;



10 SET 07 701233

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. – O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

17.5. – O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (CVMnet), as informações previstas nesta Cláusula Dezessete, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação aplicável.



CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor e os Quotistas.

18.2. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

18.3. – Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Gestor ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

18.4. – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.



Protocolo de Informe Regulamento E Documentos Relacionados

Boa noite, Boa

Protocolo de Confirmação	
Status:	Operação realizada com sucesso
Informe:	Informe Regulamento e Documentos Relacionados
Operação:	Entrega de Documento
Documento:	Prospecto De Distribuição
Início de Vigência:	16/09/2007
Usuário Responsável pelas Informações:	JOSE CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA (003.888.737-10)
Nº do Recebimento	992639
Nome do Arquivo	MINUTA PROSPECTO_EXIGÊNCIAS 19092007 LIMPO.DOC
Participante:	F ARTÉSIA SÉRIE AZUL IP (08.279.477/0001-60)
Tipo do Participante:	FDOOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - FIP
Data Ação:	26/09/2007 19:42:55.013
Nº Protocolo:	SCW7211354

Fale com a CVM

Protocolo de Informe Regulamento E Documentos Relacionados

Boa noite, José

Protocolo de Confirmação	
Status:	Operação realizada com sucesso
Informe:	Informe Regulamento e Documentos Relacionados
Operação:	Entrega de Documento
Documento:	Ata De Assembleia Geral Ordinária
Início de Vigência:	17/09/2007
Usuário Responsável pelas Informações:	JOSE CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA (003.888.737-10)
Nº do Recebimento	992636
Nome do Arquivo	ATA AGQ (CERTIDÃO) EXIGÊNCIAS 16092007.DOC
Participante:	F ARTÉSIA SÉRIE AZUL IP (08.279.477/0001-60)
Tipo do Participante:	FOOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - FIP
Data Ação:	26/09/2007 19:39:26.187
Nº Protocolo:	SCW7211351

Protocolo de Confirmação	
Status:	Operação realizada com sucesso
Informe:	Informe Regulamento e Documentos Relacionados
Operação:	Entrega de Documento
Documento:	Regulamento De Fundos
Início de Vigência:	17/09/2007
Usuário Responsável pelas Informações:	JOSE CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA (003.888.737-10)
Nº do Recebimento	992636
Nome do Arquivo	REGULAMENTO FIP ARTÉSIA SÉRIE AZUL EXIGÊNCIAS 16092007(VERSÃO LIMPA).DOC
Participante:	F ARTÉSIA SÉRIE AZUL IP (08.279.477/0001-60)
Tipo do Participante:	FOOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - FIP
Data Ação:	26/09/2007 19:39:26.187
Nº Protocolo:	SCW7211350

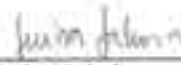
FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

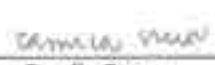
CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

**Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo
realizada em 17 de setembro de 2007**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 17 dias do mês de setembro do ano de 2007, às 11 horas, na sede do Administrador do Fundo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos quotistas do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Quotistas" e "Fundo", respectivamente) nesta data, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Quotistas do Fundo. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Luisa Saboia; Secretária: Camila Serra. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a alteração do regulamento do Fundo ("Regulamento") em função das exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), por meio do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-3/N.º1347/2007, no âmbito do pedido de registro da distribuição pública da segunda emissão de quotas do Fundo; e (ii) autorizar a adoção das medidas necessárias para submeter a presente deliberação de alteração do Regulamento à aprovação da CVM. **DELIBERAÇÕES:** Os Quotistas do Fundo aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes deliberações: (i) a alteração do Regulamento do Fundo que passa a vigorar na versão consolidada anexa; e (ii) a adoção das medidas cabíveis para submeter a presente deliberação de alteração do Regulamento à aprovação da CVM. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral de Quotistas encerrada com a lavratura da presente ata. A presente é cópia fiel da ata de Assembleia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 17 de setembro de 2007, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2007.


Luisa Saboia
Presidente


Camila Serra
Secretária

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL DE QUOTISTAS
DO FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
realizada em 17 de setembro de 2007**

QUOTISTA	ASSINATURA
Almond Tree LLC	
Artesia Equity Investments LLC	
Peach Tree LLC	
Ruby International CV	
Amber International LLC	

ANEXO X

Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo
que Aprovou a Sexta Alteração ao Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
L-125112

-146R 08 715268

REGISTRADO E MICROFILMADO

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo
realizada em 31 de março de 2008

DATA, HORA E LOCAL: aos 19 dias do mês de março do ano de 2008, às 11 horas, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, sede da Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, na qualidade de instituição administradora do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Administrador" e "Fundo", respectivamente).

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos quotistas do Fundo ("Quotistas") nesta data, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Quotistas do Fundo. A assembleia contou, outrossim, com a presença dos Srs. Marcelo Faria de Lima e Márcio da Rocha Camargo, Diretores e representantes legais da Artésia Gestão de Recursos S.A., na qualidade de gestor da carteira de investimento do Fundo ("Gestor").

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Luiza Saboia; Secretária: Marília Lorena.

ORDEM DO DIA: (i) deliberar, nos termos do subitem (vi) do item 9.1 do regulamento do Fundo ("Regulamento"), sobre a alteração da remuneração devida pelo Fundo ao Gestor ("Remuneração do Gestor"); (ii) deliberar, nos termos do subitem (ii), do item 9.1, do Regulamento, sobre a alteração de referido documento de modo que este passe a observar a deliberação a ser tomada em (i) acima; e (iii) autorizar a adoção, pelo Administrador, das medidas necessárias para submeter a presente deliberação ao conhecimento da CVM.

DELIBERAÇÕES: os Quotistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições,

(i) ~~(b)~~ alterar a redação do item 15.1.2 do Regulamento para limitar a Remuneração do Gestor ao pagamento mensal da quantia mínima de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e máxima de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ("Quantia Limite"), que passará a vigorar com a seguinte redação:

"15.1.2. – A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 15.1, acima, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 15.1.1, acima, observado que a Remuneração do Gestor nunca será inferior a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados."



[Handwritten signature]

(II) (b) tendo em vista a intenção dos Quotistas de que o pagamento da Remuneração do Gestor seja realizado nos termos aprovados em (i)(a) acima durante todo o exercício social vigente (i.e., de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008), de modo que a Remuneração do Gestor anual corresponda a, no máximo, R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) (i.e., montante equivalente ao resultado da multiplicação da Quantia Limite pela quantidade de meses do exercício social), e o fato de os valores devidos ao Gestor a título de Remuneração do Gestor pelos serviços prestados nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano ainda não terem sido pagos pelo Administrador ao Gestor, correspondentes a R\$ 53.495,66 (cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos) e R\$ 46.154,31 (quarenta e seis mil cento e cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos), respectivamente ("Valores Devidos"), aprovar, com a anuência expressa do Gestor ora presente, que a Remuneração do Gestor pelos serviços prestados nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano seja limitada, cada qual, à Quantia Limite, de modo que a diferença entre os Valores Devidos e a Quantia Limite não seja considerada devida pelo Fundo ao Gestor;

(II) alterar o Regulamento, para refletir a deliberação tomada em (i)(a) acima; e

(III) autorizar o Administrador a adotar as medidas cabíveis para submeter a presente deliberação de alteração do Regulamento ao conhecimento da CVM.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral de Quotistas encerrada com a lavratura da presente ata. A presente é cópia fiel da ata de Assembleia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 31 de março de 2008, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2008.

Certifico que a presente ata é cópia
fiel da original lavrada em livro próprio.

Marília Lorena
Marília Lorena
Secretária



1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 203 - Rio de Janeiro Tel.: 2507-5187
Registros, digitalizados e microfilmados sob o número de
Protocolo e data de depósito a margem. O QUE CERTIFICO

☐ Duval Heli
Oficial Titular
Ato Exo: 1856-06 T.1

☐ Aurora I. Melo
1ª Escrevente Substituto
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. da Costa
2ª Escrevente Substituto
CTPS 8001 Série 053

☐ Fátima Kleyr Barbosa
3ª Escrevente Substituto
CTPS 513782 Série 91

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
- 1º OFÍCIO

- 1 ABR 08 715268

REGISTRADO E AUTENTICADO
**REGULAMENTO DO FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL
DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

**CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. – O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 6 (seis) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme definidos abaixo), podendo ser prorrogado por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de Quotas (conforme definido no item 7.1.1. deste Regulamento).

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em



ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades acima descritas e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. – Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;



-1 ABR 08 715268

- REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CVM
- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
 - (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e
 - (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão propostos pelo Gestor e, desde que previamente aprovados pelos Quotistas nos termos do item 4.8. deste Regulamento, serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido), desde que aprovados previamente pelos Quotistas do Fundo conforme disposto no item 4.8. abaixo, serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

4.2.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que,



além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos e o disposto nos itens 4.8. e 5.3.1. deste Regulamento:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor (conforme abaixo definidos), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores



- 1 ABR 08 715260

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (v) abaixo por prazo indeterminado;

- (v) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

4.3.1. - Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

4.4. - Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. - O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

4.6. - Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;



(ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:

- a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. – Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7. acima ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e



-1 ABR 08 715268

REGISTRO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS

- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

4.8. Quaisquer investimentos de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas ou em Outros Ativos, nos termos propostos pelo Gestor, independentemente do valor, deverão ser previamente aprovados em Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimentos"), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Gestor.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Gestor, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser (i) aprovado,



previamente à respectiva execução, pela Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, e (ii) concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

5.2. – Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo (cada, uma "Emissão"), após a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO E DAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio do Fundo ("Patrimônio") é formado por Quotas de uma única classe, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito de cada Emissão.

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) meses contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Prazo de Integralização").

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão serão canceladas pelo Administrador.

6.2. – Emissões de novas quotas do Fundo após a primeira Emissão de Quotas do Fundo ("Novas Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente), somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. – Na hipótese de Emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto na Cláusula

- 1 ABR 08 715268

REGISTRADO E MICROFILMADO

Doze abaixo) dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

6.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe. Entende-se por "Quotas", as Quotas da Primeira Emissão em conjunto com as Novas Quotas que vierem a ser emitidas pelo Fundo.

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. – Direitos de Voto

7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.

7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – Cada Emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.



7.4.2. – As Quotas do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 7.5. abaixo. O ato de deliberação de Emissão de Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento, poderá determinar formas específicas de subscrição e integralização das respectivas Novas Quotas.

7.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretirável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.3.1. – O Administrador deverá exigir, no ato da subscrição de Quotas, a comprovação da qualificação exigida na Cláusula Dois acima.

7.5. – Integralização das Quotas

7.5.1. – As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

7.5.2. – Observado o Prazo de Integralização estabelecido no item 6.1.1. acima, na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.



- 1 ABR 08 715268

REGISTRADO E MICROFILMADO

7.5.3. – Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

7.5.4. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.5.5. – O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.4 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas.

7.5.6. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.6. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.



7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.1.1. – Durante o Período de Investimento, sempre que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo for inferior ou equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais), será vedado ao Fundo realizar pagamentos aos Quotistas, a título de amortização, em valores superiores, em cada ano, a 5% (cinco por cento) do valor total do principal investido por todos os Quotistas no Fundo durante os primeiros 5 (cinco) anos de sua duração.

7.7.1.2. – Não obstante o disposto no item 7.7.1.1 acima, o limite de 5% (cinco por cento) não se aplicará aos pagamentos efetuados pelo Fundo aos Quotistas, a



-14BR 08 715268

REGISTRADO E INTERMEDIADO

título de amortização: (i) de valores decorrentes de dividendos e outros rendimentos auferidos pelo Fundo em decorrência dos recursos investidos em Companhias Investidas; e (ii) desde que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo seja, no mínimo, equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais).

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários



e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;

- (ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas devida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no Inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima;
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá, mediante orientação do Gestor, registrar as Quotas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.



- 1 ABR 08 7 15 26 E

REGISTRO E MENSURAÇÃO

7.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – A Subscritora somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

7.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.2.1. – Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos no item 4.3. acima.



8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

CLÁUSULA NOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. – Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Remuneração do Administrador e/ou alteração da Remuneração do Gestor;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador e/ou ao Gestor, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- 1 ABR 08 715266

REGISTRADO E CONTROLADO

- (x) deliberar sobre a realização de investimentos pelo Fundo, nos termos do item 4.8. deste Regulamento, bem como sobre o processo de desinvestimento do Fundo de que trata o item 5.1.3. acima;
- (xi) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xii) deliberar sobre a aprovação de despesas do Fundo que não estejam previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;
- (xiv) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

9.2. – A convocação da Assembleia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a carta de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. – Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembleia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

9.3. – A Assembleia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador, ou por solicitação do Gestor, ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. – Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.



9.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação em primeira convocação e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

9.6.1. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas de que tratam os itens (ii), (iii), (iv), (v) e (viii) do item 9.1. acima serão aprovadas por Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. – Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;



- 1 ABR 08 715268

REGISTRADO E FOTOFILMADO

PRO-CE-10000000-00000000-00000000

- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.



CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

12.4. – O Administrador, mediante decisão da Assembleia Geral de Quotistas e de acordo com a orientação fixada pela mesma, poderá constituir reservas de caixa ou contas de depósito em garantia para fins de proteção do Fundo em função de dívidas e/ou despesas que possam ser incorridas pelo mesmo em função dos Valores Mobiliários e Outros Ativos de liquidação duvidosa que compõem a Carteira do Fundo.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
SP 1711-1

- 1 ABR 00 71526 E

REGISTRADO E INSCRITO
MONTES CARLOS - 1711-1

- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"). O Administrador contratou a **ARTÉSIA GESTÃO DE RECURSOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551,



conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").

14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. – O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

14.4. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo ("Remuneração do Administrador"), e a remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira ("Remuneração do Gestor").



- 1 ABR 08 715266

REGISTRADO E AUTENTICADO

15.1.1. - A Remuneração do Administrador corresponderá aos seguintes percentuais: (i) 0,15% (quinze centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) 0,10% (dez centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iv) 0,075% (setenta e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), calculados sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, observado que a Remuneração do Administrador nunca será inferior a R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por mês. A Remuneração do Administrador será provisionada diariamente e será paga ao Administrador mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

15.1.2. - A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 15.1. acima, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 15.1.1. acima, observado que a Remuneração do Gestor nunca será inferior a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

16.1. - Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;

- (c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
 - (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
 - (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
 - (v) elaborar, em conjunto com o Gestor e juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
 - (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
 - (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
 - (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;



IMPRESSÃO DE MONTAGEM E DOCUMENTOS
E-01-012

- 1 ABR 08 71526 E

REGISTRADO E MONTADO
MONTAGEM E MONTAGEM

- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; e
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembleia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

16.3. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;



- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata o item 17.1. acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:



REGISTRO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
CVM - 123456789

-1 ABR 08 715268

REGISTRADO E AUTORIZADO
Pelo CVM em 12/04/2008

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. - As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. - O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

17.5. - O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (CVMweb), as informações previstas nesta Cláusula Dezessete, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor e os Quotistas.

18.2. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

18.3. – Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Gestor ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

18.4. – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.



ANEXO XI

Cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Terceira Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO XII

Cópia da ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo que Aprovou a Sétima Alteração ao Regulamento e a Quarta Emissão (Regulamento em vigor na data deste Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
DO BRASIL

17 AGO 09 749881

REGISTRO E MÓDULO EM
RIO DE JANEIRO - CENTRO - RJ

FUNDO ARTÊSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 08.279.477/0001-60

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2009**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2009, às 12:00 horas, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, sede da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, na qualidade de instituição administradora do Fundo Artêsia Série Azul de Investimento em Participações ("Administrador" e "Fundo", respectivamente). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos quotistas do Fundo ("Quotistas") nesta data, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Quotistas. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Larissa Saboia; Secretária: Marília Lorena. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a alteração das cláusulas 6.1.1, 6.2.1 e 7.5.1 do Regulamento do Fundo ("Regulamento"); (ii) acrescentar a cláusula 7.5.7 ao Regulamento; (iii) aprovar a consolidação do Regulamento, em razão das alterações aprovadas; (iv) deliberar sobre a emissão, pelo Fundo, de quotas da sua quarta emissão para efetuar o pagamento de despesas e encargos do Fundo, conforme previsto nas cláusulas 5.2 e 9.1(v) do Regulamento; e (v) autorizar a adoção pelo Administrador das medidas necessárias para submeter a presente deliberação de emissão de novas quotas ao conhecimento da CVM, bem como para obter o registro da distribuição pública de referidas quotas perante a CVM. **DELIBERAÇÕES:** Os Quotistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: (i) a alteração da cláusula 6.1.1 do Regulamento para que o Prazo de Integralização das Quotas subscritas em cada Emissão passe a ser de 36 (trinta e seis) meses, passando sua redação a vigorar nos termos do Anexo I à presente ata; (ii) a alteração da cláusula 6.2.1 do Regulamento para que o Preço de Emissão seja calculado com base no valor do Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de cada Emissão, passando sua redação a vigorar nos termos do Anexo I à presente ata; (iii) a alteração da cláusula 7.5.1 para que o Preço de Integralização seja calculado com base no valor da Quota na data imediatamente anterior à data da Chamada de Capital, passando sua redação a vigorar nos termos do Anexo I à presente ata; (iv) a criação de uma nova cláusula 7.5.7 a ser acrescentada ao Regulamento para estabelecer que, no caso de liquidação antecipada do Fundo sem que a totalidade das Quotas subscritas estejam integralizadas, as Quotas subscritas e não integralizadas serão canceladas, não sendo necessária sua integralização, devendo esta



[Handwritten signature]

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2009.

Marília Lorena
Secretária

[illegible]

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
DO BRASIL

17 AGO 09 749881

REGISTRANDO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - BRASIL

**REGULAMENTO DO FUNDO ARTÊSIA SÉRIE AZUL
DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

1.1. – O Fundo Artêsia Série Azul de Investimento em Participações ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 6 (seis) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme definidos abaixo), podendo ser prorrogado por um período adicional de até 3 (três) anos, mediante proposta do Gestor (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de Quotas (conforme definido no item 7.1.1. deste Regulamento).

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 169 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que (i) tenham por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos, metálicos, farmacêuticos e seus derivados, ou (ii) que tenham por objeto

social a participação em companhias cujo objeto social contemple as atividades acima descritas e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. – Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;
- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que

23

REGISTRO DE INVESTIMENTOS
FUNDOS

17 AGO 09 749887

REGISTRADO E ARQUIVADO

NO REGISTRO DE INVESTIMENTOS

assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e

- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. - Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão propostos pelo Gestor e, desde que previamente aprovados pelos Quotistas nos termos do item 4.8. deste Regulamento, serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido), desde que aprovados previamente pelos Quotistas do Fundo conforme disposto no item 4.8. abaixo, serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. - A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

4.2.1. - O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirem quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. - Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos e o disposto nos itens 4.8. e 5.3.1. deste Regulamento:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (v) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor (conforme abaixo definidos), a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (v) abaixo por prazo indeterminado;
- (v) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

4.3.1 - Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que

REGISTRO DE TRANSFERÊNCIAS
E FISCAL

17 AGO 09 749881

REGISTRADO E AUTORIZADO
Pelo DEPARTAMENTO DE REGISTRO

não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

4.4. – Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. – O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

4.6. – Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. – Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7, acima (“Partes Relacionadas do Administrador”):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenha participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

4.8. Quaisquer investimentos de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas ou em Outros Ativos, nos termos propostos pelo Gestor, independentemente do valor, deverão ser previamente aprovados em Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários (“Período de Investimentos”), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Gestor.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Gestor, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor

17AGO09 749881

REGISTRADO E AUTENTICADO
RIO DE JANEIRO, 17/08/2009

e/ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser (i) aprovado, previamente à respectiva execução, pela Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, e (ii) concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

5.2. – Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo (cada uma "Emissão"), após a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO E DAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio do Fundo ("Patrimônio") é formado por Quotas de uma única classe, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito de cada Emissão.

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio deverá ser realizada no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Prazo de Integralização").

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão serão canceladas pelo Administrador.

6.2. – Emissões de novas quotas do Fundo após a primeira Emissão de Quotas do Fundo ("Novas Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente), somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. – Na hipótese de Emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto na Cláusula Doze abaixo) dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos no dia útil imediatamente anterior à data de cada Emissão de Novas Quotas ("Preço de Emissão").

6.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas, na proporção da participação de cada um, na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe. Entende-se por "Quotas", as Quotas da Primeira Emissão em conjunto com as Novas Quotas que vierem a ser emitidas pelo Fundo.

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. – Direitos de Voto

7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.

7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – Cada Emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública no CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.2. – As Quotas do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para

8


17A0039 749887

Subscrição e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 7.5. abaixo. O ato de deliberação de Emissão de Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento, poderá determinar formas específicas de subscrição e integralização das respectivas Novas Quotas.

7.4.3. - No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o Boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.3.1. - O Administrador deverá exigir, no ato da subscrição de Quotas, a comprovação da qualificação exigida na Cláusula Dois acima.

7.5. - Integralização das Quotas

7.5.1. - As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data imediatamente anterior à data da Chamada de Capital ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante pedido do Gestor, aos Quotistas, com cópia ao Gestor, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

7.5.2. - Observado o Prazo de Integralização estabelecido no item 6.1.1. acima, na medida em que o Gestor (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Gestor solicitará ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

7.5.3. - Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pelo Gestor) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

9

7.5.4. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.5.5. – O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.4 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas.

7.5.6. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.5.7. – Na hipótese de os Quotistas deliberarem a liquidação antecipada do Fundo anteriormente à completa integralização da totalidade das Quotas subscritas na última Emissão realizada pelo Fundo, serão canceladas as Quotas subscritas e não integralizadas, não sendo necessária a realização de Chamada de Capital adicional para integralização destas Quotas.

7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.6. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o

REPUBLICA DE SÃO PAULO
ESTADO DE SÃO PAULO

17 AGO 09 749881

REGISTRADO E ENQUADRAMENTO
NÚMERO DE REGISTRO: 1749881-02

Fundo: Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.1.1. – Durante o Período de Investimento, sempre que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo for inferior ou equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais), será vedado ao Fundo realizar pagamentos aos Quotistas, a título de amortização, em valores superiores, em cada ano, a 5% (cinco por cento) do valor total do principal investido por todos os Quotistas no Fundo durante os primeiros 5 (cinco) anos de sua duração.

7.7.1.2. – Não obstante o disposto no item 7.7.1.1 acima, o limite de 5% (cinco por cento) não se aplicará aos pagamentos efetuados pelo Fundo aos Quotistas, a título de amortização: (i) de valores decorrentes de dividendos e outros rendimentos auferidos pelo Fundo em decorrência dos recursos investidos em Companhias Investidas; e (ii) desde que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo seja, no mínimo, equivalente a R\$ 12.220.000,00 (doze milhões e duzentos e vinte mil reais).

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

11


7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de crédito de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de

17AGO09 749881

REGISTRADO FUNDOSIMPLADO
RIO DE JANEIRO, 17 DE AGOSTO DE 2009

Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima;

- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá, mediante orientação do Gestor, registrar as Quotas à negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

7.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – A Subscritora somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

7.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.2.1. – Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos no item 4.3. acima.

8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

CLÁUSULA NOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. – Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Remuneração do Administrador e/ou alteração da Remuneração do Gestor;

17AGO09 749881

REGISTRADO E AUTENTICADO
RIO DE JANEIRO, 17 DE AGOSTO DE 2019

- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quorums de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador e/ou ao Gestor, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a realização de investimentos pelo Fundo, nos termos do item 4.8. deste Regulamento, bem como sobre o processo de desinvestimento do Fundo de que trata o item 5.1.3. acima;
- (xii) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xiii) deliberar sobre a aprovação de despesas do Fundo que não estejam previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;
- (xiv) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. - Independentemente do disposto no item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

9.2. - A convocação da Assembleia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a carta de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. - Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembleia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

9.3. – A Assembleia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador, ou por solicitação do Gestor, ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. – Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

9.5. – Têm qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação em primeira convocação e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

9.6.1. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas de que tratam os itens (ii), (iii), (iv), (v) e (viii) do item 9.1. acima serão aprovadas por Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. – Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso.

16



REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
64 27/04

17AGO09 749881

REGISTRADO E RECONHECIDO
30/09/2009 14:00:00

- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2 – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3 – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO



12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

12.4. – O Administrador, mediante decisão da Assembleia Geral de Quotistas e de acordo com a orientação fixada pela mesma, poderá constituir reservas de caixa ou contas de depósito em garantia para fins de proteção do Fundo em função de dívidas e/ou despesas que possam ser incorridas pelo mesmo em função dos Valores Mobiliários e Outros Ativos de liquidação duvidosa que compõem a Carteira do Fundo.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Gestor, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou

18


17 AGO 09 749881

REGISTRADO E INSCRITURAÇÃO
DO FUNDOS DE INVESTIMENTO

- (iii) entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 (“Administrador”). O Administrador contratou a **ARTÊSIA GESTÃO DE RECURSOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo (“Gestor”).

14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. – O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no

mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

14.4. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma taxa de administração (“Taxa de Administração”) equivalente ao percentual de 1% (um por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, sendo que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo (“Remuneração do Administrador”), e a remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira (“Remuneração do Gestor”).

15.1.1. – A Remuneração do Administrador corresponderá aos seguintes percentuais: (i) 0,15% (quinze centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (ii) 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (iii) 0,10% (dez centésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iv) 0,075% (setenta e cinco milésimos por cento), enquanto o Patrimônio Líquido for superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), calculados sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, observado que a Remuneração do Administrador nunca será inferior a R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por mês. A Remuneração do Administrador será provisionada diariamente e será paga ao Administrador mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

15.1.2. – A Remuneração do Gestor corresponderá à diferença apurada entre o percentual de 1% (um por cento) ao ano a que se refere o item 15.1. acima, calculado

17 AGO 09 749881

REGISTRO E TÍTULOS E VALORES

sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, e a Remuneração do Administrador, calculada de acordo com os termos do item 15.1.1. acima, observado que a Remuneração do Gestor nunca será inferior a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) ou superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês. A Remuneração do Gestor será provisionada diariamente e será paga ao Gestor mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês dos serviços prestados.

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES
APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR**

16.1 – Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento das prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, em conjunto com o Gestor e juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor,

incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

- (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas; e
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembleia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
17 AGO 09 769881

REGISTRADO E AUTENTICADO
RIO DE JANEIRO, 17/08/2009

16.3. - Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. - Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. - A divulgação de informações de que trata o item 17.1, acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

17.2. - O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3 - As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4 - O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

17.5 - O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (CFMweb), as informações previstas nesta Cláusula Dezessete, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor e os Quotistas.

18.2 - O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

17AGO09 749881

REGISTRO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
PROPOSTA DE REGISTRO

18.3. - Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Gestor ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

18.4. - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.

ANEXO XIII

Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11.º andar, 13.º e 17.º andares (parte), inscrita no CNPJ/ME sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("Fundo") e responsável pela distribuição pública da quarta emissão de quotas do Fundo ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou provisórias, e que venham a integrar o prospecto da Oferta ("Prospecto"), serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores dos termos e condições da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2009.




BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Por:
Cargo:

José Carlos Lopes Xavier de Oliveira
Diretor-Presidente

Por:
Cargo:

Paulo Sérgio da Costa
Assessor



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)